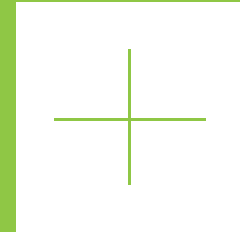


FUNBIO
+ ÁREAS
PROTEGIDAS

FUNBIO



ÁREAS
PROTEGIDAS

2014

Catálogo na Fonte

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio

M775f Monteiro, Camila.

Funbio + Áreas Protegidas / Camila Monteiro,
Renata Zambianchi, coordenação de Rosa
Lemos de Sá. - Rio de Janeiro: Funbio, 2014.

179 p. : il. color. ; 22 x 16 cm
ISBN: 978-85-89368-05-6

1. Biodiversidade – Conservação Ambiental. 2.
Áreas protegidas. 3. Gestão Socioambiental. I.
Camila Monteiro. II. Renata Zambianchi. III. Rosa
Lemos de Sá. IV. Título.

CDD 333.72

Coordenação

Rosa Lemos de Sá

Redação

Camila Monteiro e Renata Zambianchi

Dados e revisão

Alexandre Ferrazoli, Ângelo dos Santos, Anna Beatriz Gomes,
Daniela Leite, Danielle Calandino, Erika Polverari, Fábio Leite,
Fernanda Marques, Flávia Neviani, Laura Petroni, Maria
Bernadette Lameira, Marilene Viero, Mateus Almeida, Mônica
Ferreira, Natalia Paz, Nathalia Dreyer

Tendências

Texto adaptado do artigo O futuro do ambiente financeiro das
áreas protegidas de Leonardo Geluda e Manoel Serrão

Mapas

Alexandre Ferrazoli

Revisão de texto em português

Rachel Valença

Tradução

Rebecca Atkinson

Designer gráfico

Guilherme Almeida



O Quarto Relatório do Panorama Global da Biodiversidade (GBO4) foi lançado durante a 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em outubro de 2014, em Pyeongchang, na República da Coreia. Esse relatório contém uma avaliação abrangente do progresso na implementação das 20 Metas de Aichi acordadas em 2010 em Nagoia como parte do Plano Estratégico de Biodiversidade para 2011-2020. As principais conclusões do GBO4 foram duas: a primeira reconhecendo que tem havido um aumento significativo de esforços para implementar a maioria das Metas de Aichi; e a segunda constatando que os esforços atuais não serão suficientes para promover o alcance das 20 Metas de Aichi em 2020.

Duas metas se destacam pelo significativo progresso já alcançado: a Meta 16, com a entrada em vigor do Protocolo de Nagoia no dia 12 de outubro de 2014, e a Meta 11, com avanços significativos na ampliação dos sistemas de áreas protegidas em todo o mundo. Os dados mais recentes submetidos pelos países em resposta a uma notificação minha no início deste ano indicam que atingimos 15,4% e 8,4% de cobertura de ecossistemas terrestres e ecossistemas marinhos e costeiros (mar territorial e zona econômica exclusiva), respectivamente, cobertos por áreas protegidas. Os novos dados atualizados constam do mais recente relatório da IUCN, “Protected Planet Report 2014”, e representam notícia alvissareira, o que não significa que os demais elementos da Meta 11 estejam avançando satisfatoriamente.

Dentro deste contexto, os avanços na ampliação e na implementação do sistema brasileiro de áreas protegidas (SNUC) tem sido um dos principais motores desses avanços em nível global, em especial na Região Amazônica. Por trás deste grande avanço do SNUC estão a determinação do Ministério do Meio Ambiente e das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, a atuação eficiente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e dos seus pares estaduais, o apoio decidido do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), que exerce o papel de mecanismo financeiro da CDB, o forte apoio de governos de vários países, em especial Alemanha e Noruega, o apoio de várias ONGs, com destaque para a WWF, e finalmente o suporte eficiente do Funbio.

A atuação do Funbio foi certamente essencial para promover estes avanços, que, além dos benefícios diretos para a biodiversidade, também promoveram benefícios para muitas comunidades locais e representaram uma significativa contribuição para a redução das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, observada a partir de 2005.

.....

Como um dos fundadores do Funbio, me alegro muitíssimo de constatar os importantes resultados alcançados nos quase vinte anos descritos neste livro. Gostaria de cumprimentar a todos os atuais e anteriores conselheiros do Funbio bem como todo seu corpo técnico pelo excelente trabalho realizado, em especial a sua secretária geral, Rosa Lemos de Sá, e desejo muito sucesso nos trabalhos futuros, inclusive em outros biomas brasileiros.

.....

Bráulio Ferreira de Souza Dias
Secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica



Criado 18 anos atrás com a missão de aportar recursos para a conservação da biodiversidade, o Funbio atinge a sua maioria com um sentimento de dever cumprido. Partindo de apoios pontuais a projetos comunitários no entorno de Unidades de Conservação, até atingir o estágio atual de viabilização de mecanismos para replicar fundos de compensação, implementação de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), salvaguardas e condicionantes de licenças ambientais, a instituição ganhou um papel de importante relevância no cenário da conservação ambiental em nosso país.

A natural evolução dessa história do Funbio sugere um protagonismo crescente na ampliação do papel do setor privado no apoio às Áreas Protegidas e Unidades de Conservação, não apenas aprofundando os mecanismos já existentes no presente patamar de nossa atuação, mas também ampliando nosso papel na captação de doações que se concentrem nas Áreas Protegidas e Unidades de Conservação. Exemplo recente dessa evolução vem sendo o trabalho do Funbio na viabilização financeira do programa ARPA for Life, em que haverá um volume significativo de fundos oriundos do setor privado, num contexto de longo prazo (25 anos) que o programa requer.

.....

Credibilidade, transparência e qualidade de execução são os predicados que caracterizaram o Funbio até agora. Para encarar um futuro em que as exigências da sociedade, no tocante à conservação da biodiversidade, serão muito mais complexas e voláteis, será necessário acrescentar a esses predicados a capacidade de se antecipar e se adaptar nas respostas a essas exigências. Creio que o DNA de nossa instituição está preparado para isso.

.....

Álvaro de Souza
Presidente do Conselho Deliberativo do Funbio

mapas & gráficos

Mapas e gráficos

Mapa 1 - UCs e TIs já apoiadas direta e indiretamente pelos programas geridos pelo Funbio	23
Gráfico 1 - UCs apoiadas diretamente pelo Funbio desde 1996, por bioma	24
Gráfico 2 - Número de UCs de Proteção Integral x UCs de Uso Sustentável	25
Gráfico 3 - Área (hectares) de UCs apoiadas, por bioma	26
Gráfico 4 - Área (hectares) de UCs de Proteção Integral x UCs de Uso Sustentável	27
Gráfico 5 - Valores em dólares contratados para o apoio às UCs, por bioma	28
Gráfico 6 - Valores médios em dólares por UC, por bioma	29
Gráfico 7 - Valor médio em dólares investido por hectare	30
Gráfico 8 - Valores em dólares destinados às TIs por etnia	31
Gráfico 9 - Número de UCs criadas na Amazônia e total de hectares com apoio do Funbio	33
Gráfico 10 - Investimentos em reais em planos de manejo	34
Gráfico 11 - Investimentos em reais em infraestrutura em UCs, por bioma	35
Gráfico 12 - Valores e número de pagamentos de regularização fundiária na Mata Atlântica	40
Gráfico 13 - Áreas protegidas na Amazônia e queda do desmatamento	42
Mapa 2 - Terras Kayapó com desmatamento ao redor	43
Mapa 3 - Terra Sete de Setembro (Surui) com desmatamento ao redor	44
Gráfico 14 - Número de UCs apoiadas indiretamente pelo TFCA	46
Gráfico 15 - Área das UCs apoiadas indiretamente pelo TFCA	46
Gráfico 16 - Recursos mobilizados para UCs (em dólares) por mecanismo	58

fotos & créditos

Fotos e créditos

Foto: © Palê Zuppani	02 e 03
Foto: © Palê Zuppani	06
Foto: © pt.forwallpaper.com	11
Foto: © Du Zuppani	12
Foto: © Palê Zuppani	16
Foto: © Renata Zambianchi	20
Fotos 1 e 2: © Acervo INEA	36
Foto 3: © Felipe Queiroz	36
Foto 4: © Lourenço Eduardo – GECOM	36
Fotos 1, 2, 3 e 4: © Acervo Funbio	37
Foto: © Acervo Funbio	38
Foto: © Acervo Funbio	39
Foto: © Du Zuppani	47
Foto: © Du Zuppani	48
Foto: © Renata Zambianchi	64
Foto: © Publius Vergilius	71
Foto: © Du Zuppani	105



12

1. Introdução



16

2. Trajetória



20

3. Resultados



48

4. Soluções



64

5. Tendências





“

1. Introdução

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio, como outros fundos ambientais na América Latina, foi criado nos anos 90 como um mecanismo financeiro com o objetivo de contribuir para a efetivação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), estabelecida na Rio 92 e assinada pelo Brasil no mesmo ano. A CDB é um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, que envolve 194 países e abrange tudo o que se refere direta e indiretamente à biodiversidade.

A criação do Funbio foi uma decisão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que contava com uma doação de 20 milhões de dólares do GEF – *Global Environment Facility*, mecanismo financeiro criado para implementar a CDB. O governo criou formalmente um Grupo de Trabalho de Biodiversidade¹, reunindo representantes do governo federal, da sociedade civil organizada, da academia e do empresariado, e este grupo recomendou a criação de um mecanismo financeiro privado para atuar no financiamento de projetos, na captação e na administração de recursos, e para catalisar a cooperação público-privada.

.....

Desde o início da operação, em 1996, nossa missão é aportar recursos para a conservação da biodiversidade. Para cumpri-la, buscamos encontrar caminhos para a sustentabilidade financeira de iniciativas, especialmente como elemento de ligação entre financiadores e executores.

.....

1 Portaria nº 115 de 1995 do MMA.

Entendemos que a conservação da biodiversidade no Brasil está profundamente ligada ao apoio às áreas protegidas. São milhões de hectares reservados para manter a riqueza biológica e os serviços ambientais do país, um dos mais ricos do mundo nesses aspectos. A consolidação dessas áreas é uma das maneiras de conservar o patrimônio nacional e manter diversos serviços ecossistêmicos prestados ao entorno das áreas, às cidades e ao planeta.

Hoje existem no Brasil 1.828 áreas protegidas federais, estaduais e municipais, cobrindo, descontadas as sobreposições, quase 150 milhões de hectares. Desse total, o Funbio já apoiou direta ou indiretamente 344 Unidades de Conservação (UCs), que juntas cobrem cerca de 66 milhões de hectares, ou 43% da área protegida no país.

As áreas protegidas são uma agenda pública, e o governo em todos os seus níveis, federal, estadual e municipal, detém esse mandato. O Funbio apoia esta agenda como mecanismo financeiro privado. Nossos esforços concentram-se no apoio às Unidades de Conservação, regidas pela Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.² Nossas atividades visam a prover serviços-chave para que os processos de criação e consolidação sejam possíveis, tais como a mobilização de recursos complementares ao orçamento público, principalmente vindos de agências bi e multilaterais e do setor privado; estudos sobre necessidades e estratégias de financiamento para as áreas; a aquisição de bens e contratação de serviços; o fortalecimento da transparência e da prestação de contas; a gestão de ativos para prover recursos suficientes às áreas a longo prazo; e o apoio à gestão das áreas e às agências responsáveis por elas.

Trabalhamos para prestar esses serviços de forma cada vez mais eficiente, desenhando mecanismos e processos tanto para a mobilização de recursos quanto para a sua execução, de modo que sejam transformados em bens, serviços e projetos necessários para que as áreas possam existir e funcionar em prol do interesse público.

Nesta publicação está descrita essa trajetória. Detalhamos os mecanismos criados e operados pelo Funbio e seus resultados consolidados. A intenção é que os diferentes públicos conheçam esta história e entendam nossa motivação na busca pela inovação, para continuarmos relevantes na conservação da biodiversidade brasileira.

.....

É importante ressaltar que em nenhum caso operamos isoladamente. Como todos os fundos ambientais, o Funbio é apenas uma parte da engrenagem do universo que é o financiamento e a efetivação de projetos de conservação. Nessa complexa teia de parceiros, nossa posição é central e isso nos permite tanto mobilizar diferentes fontes de financiamento quanto trabalhar com quem faz a conservação no campo, incluindo ONGs, associações comunitárias, agências governamentais e pesquisadores.

.....

O foco desta publicação será dado às Unidades de Conservação (UCs) do país, mas também serão descritas experiências recentes com Terras Indígenas (TIs) que usam o conhecimento do Funbio para obter o apoio necessário para sua manutenção. Além de todo o aprendizado que pretendemos mostrar aqui, é de extrema importância para o ambiente de conservação vislumbrar o futuro, e, por esse motivo, um capítulo é dedicado às tendências do financiamento ambiental e em como nos inserimos nelas.

Estamos orgulhosos desses resultados. Isoladamente, eles podem parecer singelos se olharmos a magnitude da biodiversidade brasileira, mas são relevantes quando consolidados e mostram que projetos de conservação são fortalecidos por mecanismos financeiros e de gestão como os fundos ambientais, como o Funbio no Brasil. Quando nos damos conta da diferença que fizemos e que podemos fazer, é hora de perseguir a inovação e encontrar formas de ampliar esse impacto. É a isso que nos propomos hoje.

Equipe Funbio

² Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.



2. Trajetória



O apoio às áreas protegidas acompanha a trajetória do Funbio. Sob o comando de Pedro Leitão (secretário geral de 1995 a 2009), ainda na década de 90, esse apoio ocorria via chamadas de projetos³ para repasses a projetos em UCs ou no seu entorno.

³ São chamadas públicas em que o Funbio convida outras instituições a apresentarem propostas, que são analisadas e podem ser selecionadas para receber financiamento.

Foi no início do ano 2000, porém, que a instituição se posicionou definitivamente como um mecanismo financeiro para o apoio às UCs brasileiras, com o lançamento do programa Arpa – Áreas Protegidas da Amazônia. Ao assumir o papel de gestor financeiro do Arpa, o Funbio passou por sua primeira reestruturação institucional para atender às demandas do programa.

A partir de 2003, o Funbio ampliou o número de funcionários, criando o departamento de compras e contratações (conhecido também pelo nome em inglês, *Procurement*), reforçou o departamento financeiro, desenvolvendo sistemas de informação e contratando equipe nessa área, e, principalmente, elaborou procedimentos e capacitou a equipe para trabalhar na realidade amazônica e atender às regras dos doadores do programa. As exigências em termos de prestação de contas, controle financeiro e planejamento e execução de recursos levaram a um crescimento da instituição, que passou anos concentrada em pôr em prática essa nova estratégia e aperfeiçoar a prestação dos novos serviços.

O Funbio desenvolveu soluções que são usadas até hoje no apoio às UCs e aos projetos em geral, tal como o sistema Cérebro. Este é um sistema online que controla a execução financeira de cada projeto, permitindo interações entre os parceiros envolvidos e o acompanhamento do orçamento planejado. Outro instrumento desenvolvido para auxiliar o apoio às UCs foi a Conta Vinculada, que permite a execução de recursos de pequeno porte diretamente pelos gestores das UCs, em escala local.

Ao concentrar todos os seus esforços para estruturar-se com o objetivo de atender ao programa Arpa, o Funbio reduziu seu apoio às chamadas de projetos. O Conselho e a Secretaria Executiva nessa época tinham consciência de que a organização podia tornar-se mais relevante no apoio a projetos de conservação, se ampliasse sua escala de financiamento e consequentemente o impacto na biodiversidade. Desde então passamos a buscar um olhar territorial sobre os projetos, de forma a usar nossos recursos para alavancar outros recursos de diversas fontes para o desenvolvimento de uma região, incluindo a agenda de apoio às UCs nessa estratégia. Foi nessa busca que, em 2007, o Funbio passou pela sua segunda reestruturação institucional.

Nessa reestruturação, Conselho e equipe identificaram os serviços desenvolvidos e aperfeiçoados pelo Funbio, desde a sua criação, que poderiam ser oferecidos ao mercado, de forma a diversificar a atuação da organização para além do programa Arpa. Foi uma retomada do foco inicial de envolver o setor privado e buscar oferecer serviços que pudessem atrair outros financiadores, permitindo assim o início de outros grandes programas, semelhantes ao Arpa. É nesse momento que criamos as áreas de Conhecimento Aplicado, de Desenho de Mecanismos Financeiros e de Mudanças Climáticas. A área de Programas permanece como o centro da operação, mas com o desafio de diversificar seus projetos e fontes de recursos e ampliar sua escala de atuação para incluir novos biomas e temas.

Novamente a equipe foi ampliada e novos formatos de atuação foram testados. Na área de Conhecimento Aplicado, desenvolveu-se uma nova capacidade de gerir e trabalhar em redes de parceiros, liderando projetos de conhecimento coletivo e intercâmbio de experiências. A área de Mudanças Climáticas começou a incluir no portfólio de projetos iniciativas de carbono florestal. A área de Mecanismos Financeiros iniciou estudos sobre recursos potenciais para a conservação e sobre mecanismos necessários para transformá-los em recursos disponíveis. Foi nesse esforço que surgiu a possibilidade de trabalhar com recursos de compensação ambiental no estado do Rio de Janeiro, resultando no mecanismo conhecido como FMA/RJ⁴, que já mobilizou mais de 280 milhões de reais para as UCs do estado. A partir de 2010, o Funbio passou a ser liderado por Rosa Lemos de Sá, que, por sua história profissional, reforçou ainda mais a prioridade para as UCs.

Hoje vivemos um novo ciclo de desenvolvimento institucional. Percebemos que podemos ampliar nosso impacto e nossa relevância ao trabalhar com as obrigações legais do setor privado, ao oferecer serviços diversificados para financiadores e executores de projetos e ao acessar diretamente grandes financiadores internacionais, tanto para o apoio às UCs, como para outros tipos de projetos. Em 2014, começamos a aplicar nossa experiência para apoiar áreas protegidas marinhas, uma agenda há muito desejada pelo Funbio.

Aprendemos que aumentar nossa escala de financiamento não deve necessariamente levar ao aumento da equipe e dos custos fixos da instituição, mas sim ao aumento da eficiência, à melhoria dos sistemas de controle, à profissionalização dos procedimentos e à adoção de políticas e salvaguardas que garantam a qualidade das iniciativas.

4 FMA/RJ - Mecanismo de Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro.



3. Resultados

Os resultados aqui apresentados foram compilados pela equipe que hoje trabalha no Funbio nos diferentes programas e projetos que apoiam áreas protegidas. São dados levantados a partir de relatórios de projetos aos financiadores e aqueles dos sistemas de controle.

O apoio do Funbio às áreas protegidas acontece de forma direta e indireta. O direto se dá quando apoiamos atividades de criação e consolidação das UCs, incluindo estudos para criação de unidades, contratação de planos de proteção e de manejo, obras de infraestrutura, formação e operação de conselhos gestores, demarcação e sinalização das áreas, estudos de levantamento fundiário e pagamento de indenizações para regularização fundiária. Na maior parte dos casos de apoio direto, trabalhamos como parceiro do governo, federal, estadual ou municipal, que é responsável pelas atividades nas unidades. Isso é possível devido a uma clara divisão de atribuições: enquanto o Funbio atua na gestão financeira, administrativa e operacional das atividades citadas acima, o governo é que define as prioridades para cada área.

Por outro lado, o apoio indireto acontece por meio de projetos que contribuem para que as UCs cumpram a finalidade para a qual foram criadas. São projetos de pesquisa, monitoramento e conservação de espécies ameaçadas, capacitação de gestores e guias, educação ambiental e projetos comunitários no interior e no entorno das UCs. Para tal, o Funbio provê recursos financeiros por meio de chamadas de projetos, executados por organizações da sociedade civil que atuam localmente, ou por apoio via compras e contratações.

Apoio direto

Criação e consolidação das UCs

- Estudos de criação
- Planos de proteção e manejo
- Formação e fortalecimento de conselhos gestores
- Compra de bens e equipamentos
- Obras e reformas de infraestrutura
- Demarcação e sinalização
- Regularização fundiária

Apoio indireto

Projetos que contribuem para a finalidade das UCs

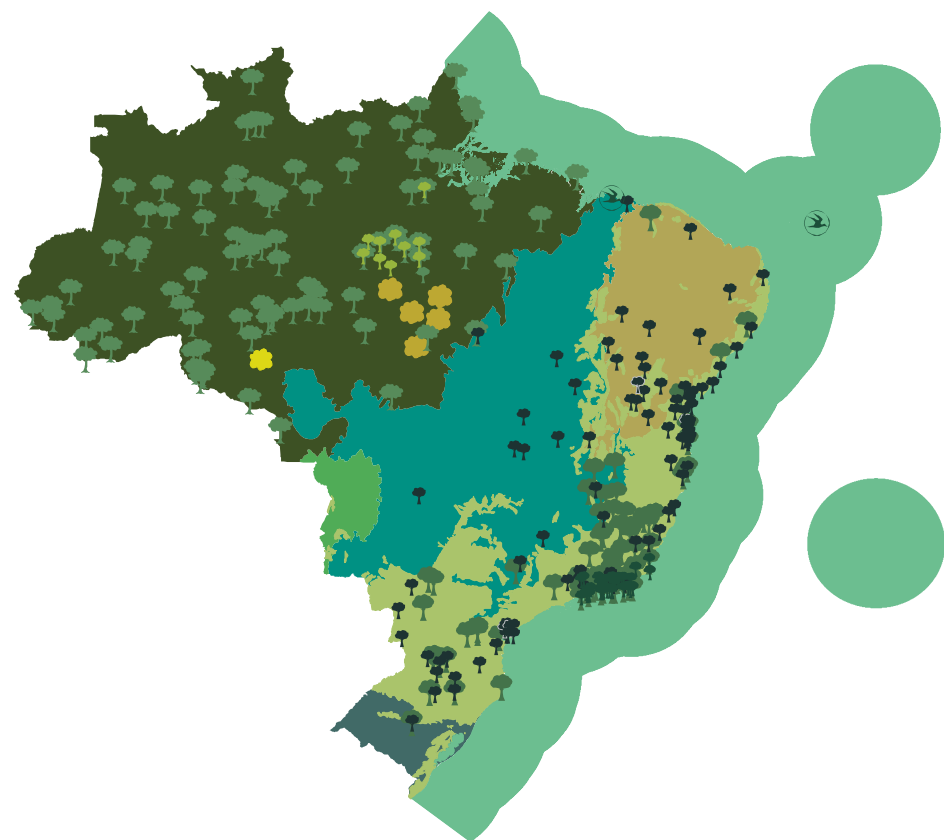
- Pesquisa
- Monitoramento e manejo de espécies
- Capacitação de gestores
- Educação ambiental
- Projetos comunitários

Resultados de apoio direto a UCs

Desde o início da sua operação, o Funbio apoiou diretamente 275 Unidades de Conservação (UCs), em um total de 58,5 milhões de hectares, que representam 39% da superfície protegida no Brasil, além de seis Terras Indígenas (TIs), em um total de 10,8 milhões de hectares.

Veja a lista completa de UCs e TIs apoiadas no Anexo 1

Mapa 1
UCs e TIs já apoiadas direta e indiretamente pelos programas geridos pelo Funbio

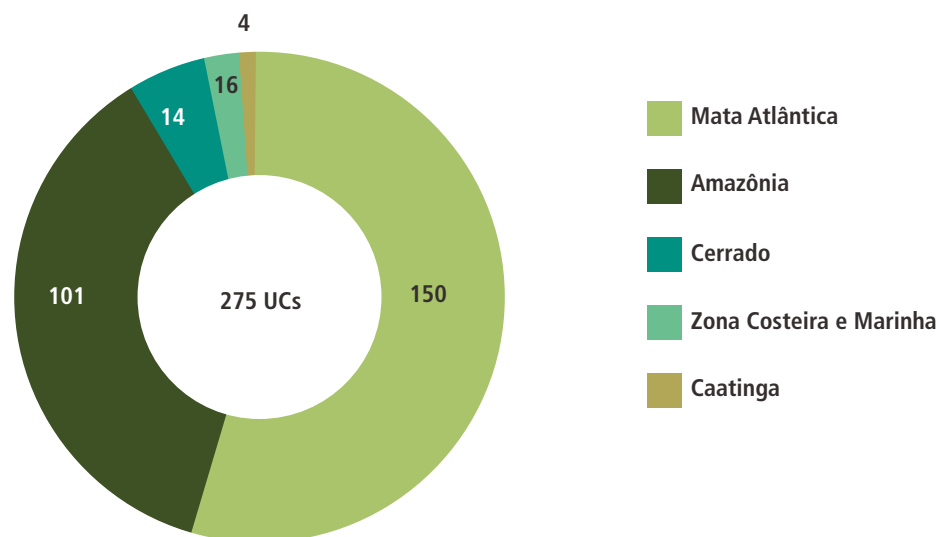


- | | | | |
|--------------------|----------------------|-------------------------|----------|
| Adoção de Parques | Fundo Mata Atlântica | Mata Atlântica | Caatinga |
| AFCoF | Programa Arpa | Amazônia | Pampa |
| Fundo Kayapó | Terra do Meio | Cerrado | Pantanal |
| Fundo Paiter Suruí | TFCA | Zona Costeira e Marinha | |

3.1 Resultados de apoio direto

Gráfico 1

UCs apoiadas diretamente pelo Funbio desde 1996, por bioma



OBS.: Foram usados os biomas predominantes de cada UC

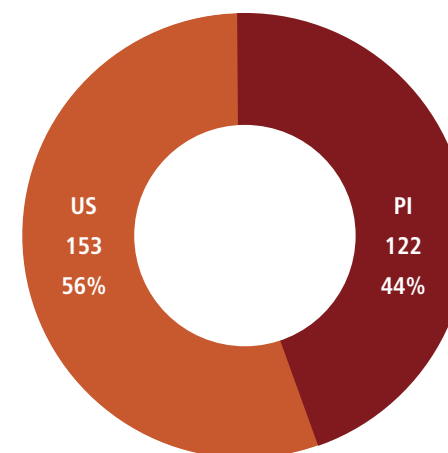
As diversas categorias de UCs incluídas no SNUC são divididas em dois grandes grupos: UCs de Proteção Integral (PI) e UCs de Uso Sustentável (US). As UCs de Proteção Integral são aquelas que visam à conservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Elas podem ser classificadas em cinco categorias: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MoNa) e Refúgio da Vida Silvestre (RVS). As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas.

Elas podem ser classificadas em sete categorias: Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), Área de Proteção Ambiental (APA), Floresta Nacional (FLONA), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva de Fauna e Reserva Extrativista (RESEX).

As 275 UCs apoiadas diretamente pelo Funbio estão divididas em 122 de Proteção Integral e 153 de Uso Sustentável, conforme o Gráfico 2.

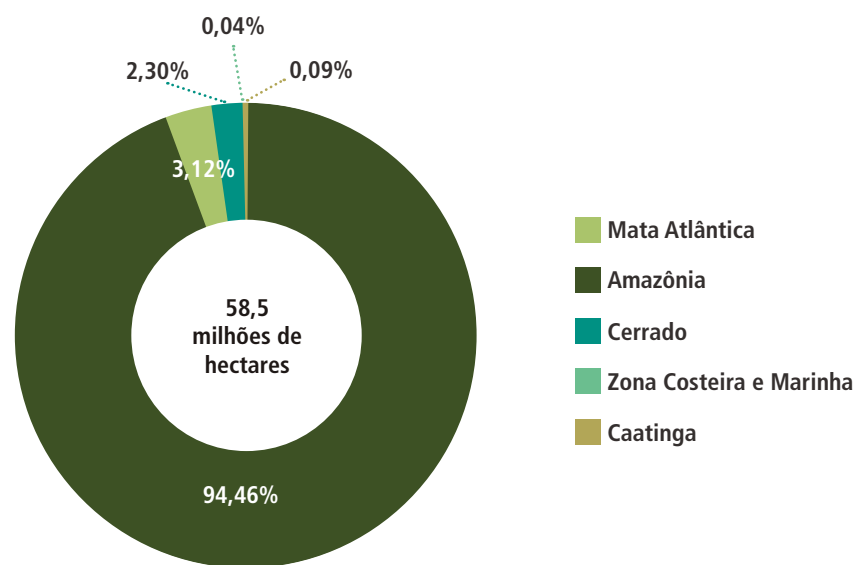
Gráfico 2

Número de UCs de Proteção Integral x UCs de Uso Sustentável



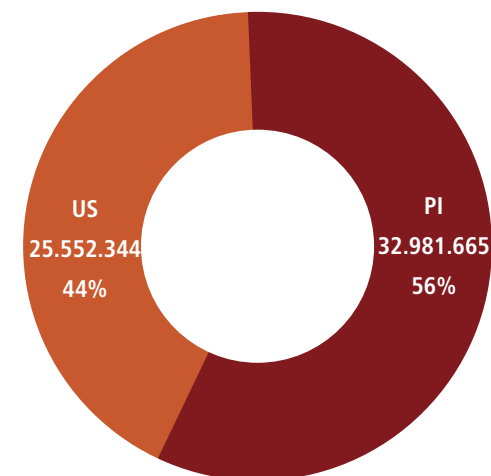
Em termos de área, dos 58,5 milhões de hectares protegidos que receberam apoio direto do Funbio, 95% estão na Amazônia, além de 100% das Terras Indígenas, no total de 10,8 milhões de hectares.

Gráfico 3
Área (hectares) de UCs apoiadas, por bioma



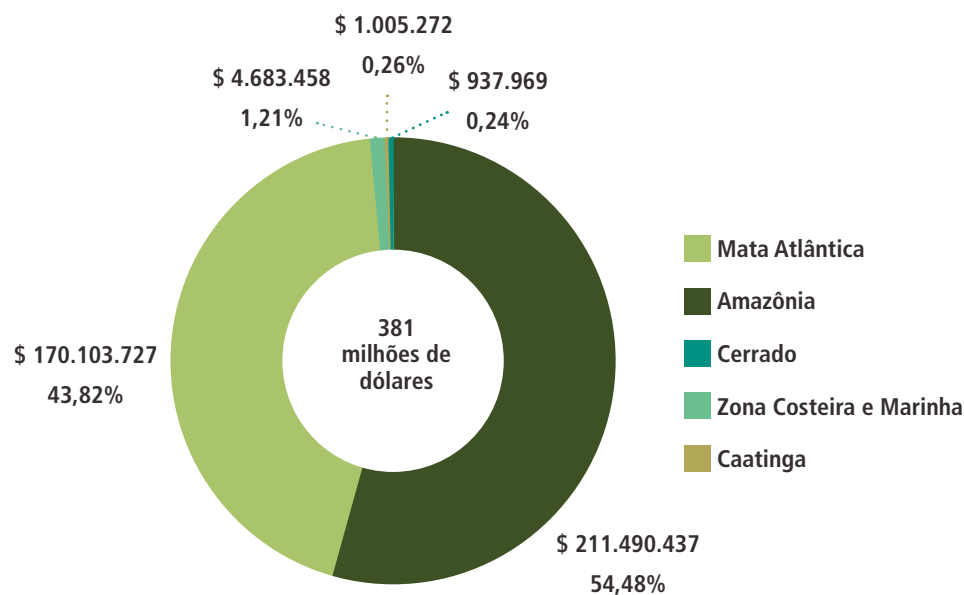
Se considerarmos o total da área trabalhada diretamente, são mais hectares apoiados de Proteção Integral, conforme mostra o Gráfico 4:

Gráfico 4
Área (hectares) de UCs de Proteção Integral x UCs de Uso Sustentável



Dos 477,6 milhões de dólares⁵ já contratados pelo Funbio desde a sua criação, foram mais de 388 milhões de dólares direcionados para o apoio direto a UCs (81% do total). Isso mostra a importância do apoio às áreas protegidas no trabalho da instituição.

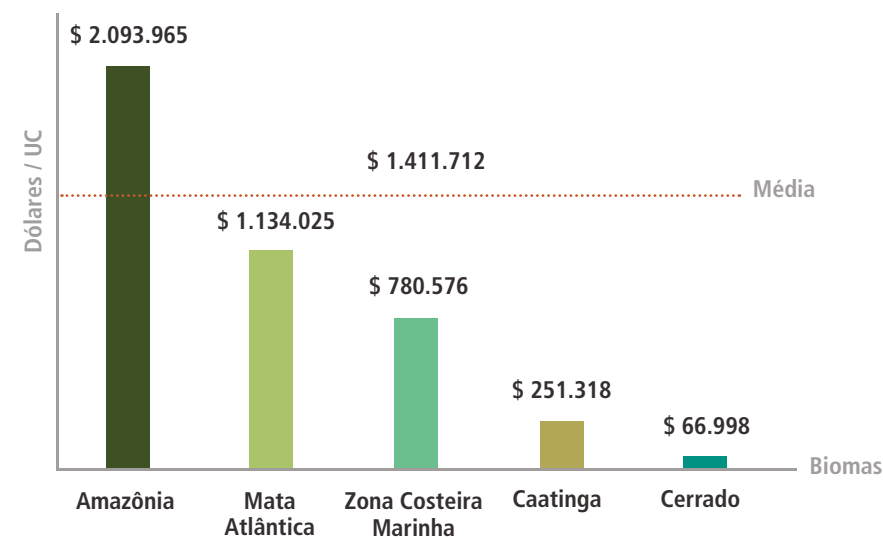
Gráfico 5
Valores em dólares contratados para o apoio às UCs, por bioma



⁵ Este valor é a soma de todos os contratos assinados pelo Funbio desde o início da sua operação, convertendo os contratos em dólares com a taxa da data do último dia do mês de sua assinatura. Contratos assinados em dólares tiveram seus valores mantidos.

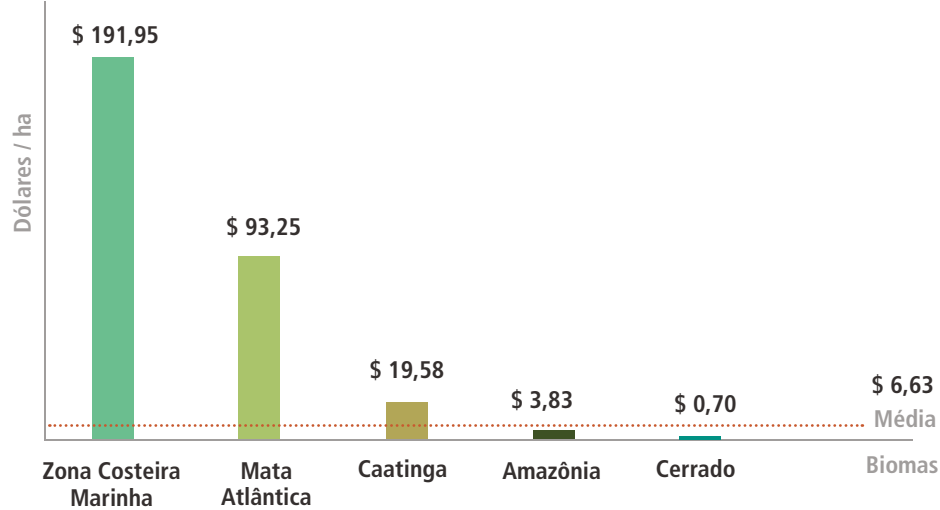
Em média são quase 1,4 milhão de dólares por UC apoiada diretamente, considerando o total de recursos direcionados para UCs e o número total de UCs apoiadas. O Gráfico 6 ilustra os valores médios de investimento por UC, por bioma.

Gráfico 6
Valores médios em dólares por UC, por bioma



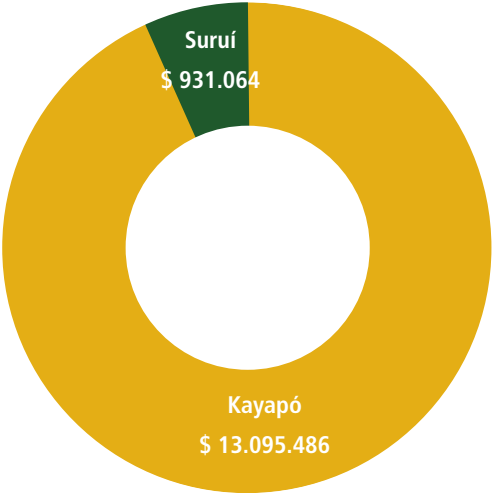
Apesar de o valor ser mais alto para a Amazônia no Gráfico 6, as áreas desse bioma são muito maiores em extensão do que as áreas de outros biomas. Considerando os totais administrados em dólares e os hectares apoiados, o valor médio é de 6,63 dólares por hectare. O Gráfico 7 ilustra essa média para cada bioma. São 3,83 dólares por hectare na Amazônia, enquanto cada hectare apoiado em áreas costeiras e marinhas recebe em média 191,95 dólares, e na Mata Atlântica 93,25 dólares. A média de investimento por hectare em UCs no Cerrado, por parte do Funbio, destoa bastante das demais, 70 centavos de dólar por hectare apenas, evidenciando a carência de investimentos nesse bioma.

Gráfico 7
Valor médio em dólares investido por hectare



Além do investimento em UCs, iniciativas extremamente relevantes foram desenvolvidas nos últimos anos para o apoio a Terras Indígenas, que somadas já mobilizaram 14 milhões de dólares, distribuídos em duas etnias, conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8
Valores em dólares destinados às TIs por etnia



No caso dos Kayapós, os recursos estão mobilizados em um fundo de longo prazo, que apoiará uma área de mais de 10 milhões de hectares. Já a Terra Sete de Setembro, protegida pelos Suruís, tem seus recursos em um fundo extingível, que apoiará seus quase 250 mil hectares.

Os valores mobilizados para apoiar as UCs e as TIs foram apresentados em dólares, já que são referentes aos valores contratados, e há diversos contratos internacionais em dólares ou euros. Os valores de execução estão agregados em reais, pois foram executados no Brasil em moeda local.⁶

Buscamos olhar, para essa compilação, não somente os indicadores financeiros, que são relevantes considerando o papel do Funbio de mecanismo financeiro, mas também apresentamos aqui alguns resultados agregados da nossa entrega no campo, o que aproxima nossos investimentos do impacto na conservação. O primeiro resultado relevante e difícil de quantificar são as pessoas impactadas positivamente pelos investimentos nas UCs de Uso Sustentável. Apoiar esse grupo de áreas protegidas sempre esteve na pauta da instituição, para não só garantir a manutenção da biodiversidade dentro dessas áreas, mas também contribuir para a geração de benefícios econômicos e sociais para as comunidades que nelas vivem.

Na etapa de criação, usamos os recursos mobilizados para financiar os estudos necessários, tais como levantamento de flora e fauna, cadastro de comunitários, identificação de áreas prioritárias para a criação de UCs (considerando a análise das ameaças e da importância biológica da região), entre outros.

O Funbio investiu cerca de 7 milhões de reais em estudos para criação de 46 UCs e ampliação de duas UCs, totalizando mais de 24 milhões de hectares de novas áreas protegidas. Por meio de parcerias, o Funbio ajudou a financiar estudos para a criação de 110 RPPNs na Mata Atlântica.

Na Amazônia, durante a primeira fase do programa Arpa (2003 a 2010), foram criadas 43 novas UCs, totalizando 23,9 milhões de hectares de áreas protegidas, sendo 13 UCs de Proteção Integral (13,2 milhões de hectares) e 30 UCs de Uso Sustentável (10,7 milhões de hectares), conforme o Gráfico 9. Na segunda fase do programa (2010 a 2015), foram apoiados vinte processos de criação, que

correspondem a mais 6,9 milhões de hectares de novas áreas. Outras três UCs foram criadas e duas foram ampliadas na Mata Atlântica, com o apoio do Funbio por meio dos projetos *Atlantic Forest Conservation Fund* (AFCoF I e II)⁷ e do mecanismo FMA/RJ, em um total de 30 mil hectares.

Gráfico 9
Número de UCs criadas na Amazônia e total de hectares com apoio do Funbio



Após a fase de criação, é necessário mobilizar recursos para que cada UC efetivamente tenha condições de cumprir seu papel na manutenção de serviços ecossistêmicos, conservação da biodiversidade, promoção de oportunidades para pesquisa científica e educação ambiental e para formas menos impactantes de geração de renda. É o momento de consolidação da UC, em que devem ser postos em prática mecanismos de gestão, tais como planos de manejo e de proteção, conselhos gestores, estruturação da UC adequada à sua categoria, alocação de equipe mínima, regularização fundiária, entre outras ações.

⁶ Para os leitores internacionais terem uma ideia dos valores de execução, considerem que o dólar em 2014 está por volta de 2,3 reais.

⁷ Projeto Proteção da Mata Atlântica I e II – AFCoF I e II.

Uma ferramenta fundamental reconhecida internacionalmente para a gestão das UCs é o plano de manejo. Planos de manejo definem ações para que a UC cumpra os objetivos estabelecidos na sua criação. É um projeto dinâmico que determina o zoneamento da unidade, estabelecendo normas de uso da área e manejo dos recursos naturais, norteados o seu desenvolvimento de acordo com suas finalidades.⁸

Foram 19,3 milhões de reais investidos na elaboração ou revisão de planos de manejo de 66 UCs.

Até 2013, por meio do programa Arpa, 13.5 milhões de reais foram investidos em 49 UCs na Amazônia, que contam com planos de manejo 100% elaborados. Três outras UCs no mesmo bioma contam com planos contratados, por meio do programa Terra do Meio. Já na Mata Atlântica foram 5,8 milhões investidos em planos para 17 UCs. O investimento em planos de manejo inclui o financiamento de oficinas participativas (OPPs) para elaboração do plano, logística para pesquisadores, contratação de consultoria, impressão do documento final e sua divulgação.

Gráfico 10
Investimentos em reais em planos de manejo

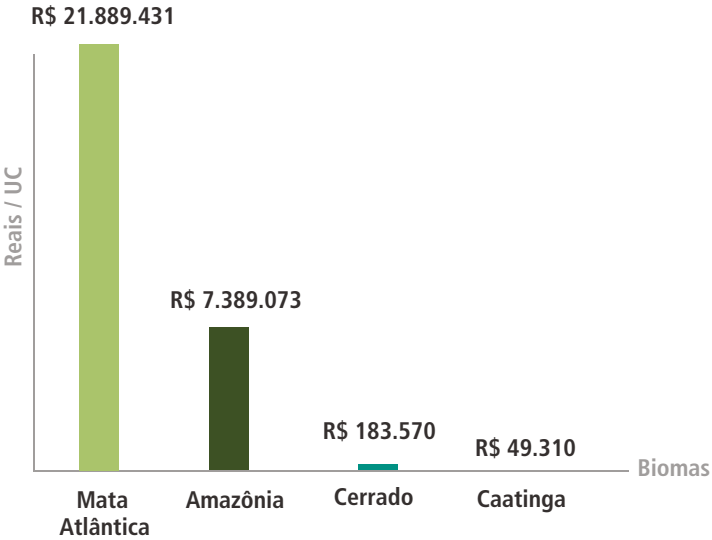


8 Fonte: IBAMA.

Outro tipo de investimento fundamental para consolidação de uma UC são os recursos necessários para infraestrutura.

Por meio de diferentes programas, o Funbio já investiu em infraestrutura mais de 29,5 milhões de reais, beneficiando 38 UCs.

Gráfico 11
Investimentos em reais em infraestrutura em UCs, por bioma



Esses investimentos incluíram edificações (pórticos, guaritas, sede administrativa, flutuantes, alojamento de guarda-parques e pesquisadores e residência para chefe de parque), projetos de urbanismo e paisagismo, levantamento topográfico para pavimentação de estrada, construção de barcos regionais, construção de estacionamento e ciclovias e abertura de trilhas para potencializar a visitação.

Infraestruturas entregues a UCs na Mata Atlântica



Foto 1: Guarita do PE do Desengano
Foto 2: Casa do chefe do parque na sede do PE do Desengano
Foto 3: Centro de visitantes do PE do Desengano
Foto 4: Sede Sustentável ESEC Guaxindiba

Infraestruturas entregues a UCs na Amazônia.



Foto 1: Sede da REBIO do Lago Piratuba, construída seguindo princípios de bioconstrução
Foto 2 e 3: Parte da sede e placas da REBIO do Lago Piratuba
Foto 4: Vista interna da sede flutuante da ESEC Juami Japurá

Além da infraestrutura, as unidades requerem uma série de equipamentos para o seu funcionamento. São bens de diversos tipos, desde veículos para fiscalização (incluindo caminhonetes, barcos, motos, etc.), equipamentos de informática, sistemas de comunicação, equipamentos para combate a incêndios, entre outros.

Por meio de diferentes programas, o Funbio já investiu em bens e equipamentos mais de 21,3 milhões de reais, tanto na aquisição quanto na reforma e manutenção desses bens.



Compra de caminhão para abastecimento de helicópteros para fiscalização, combate aos crimes ambientais e combate aos incêndios nas UCs do Estado do Rio de Janeiro

Para que uma UC funcione em harmonia com seu entorno e haja participação dos grupos de interesse em sua gestão, o Funbio apoia a formação, o funcionamento e o fortalecimento de conselhos gestores.

Um total de 13 milhões de reais foi investido em atividades de fortalecimento de conselhos de 103 UCs, promovendo a participação dos diversos atores na gestão das unidades.

Esses recursos foram investidos em atividades que incluem reuniões de sensibilização e mobilização comunitária para formação dos conselhos, reuniões ordinárias após a criação, e logística para a realização das reuniões (alimentação, hospedagem, e transporte, incluindo combustível, aluguel de embarcação, etc.).



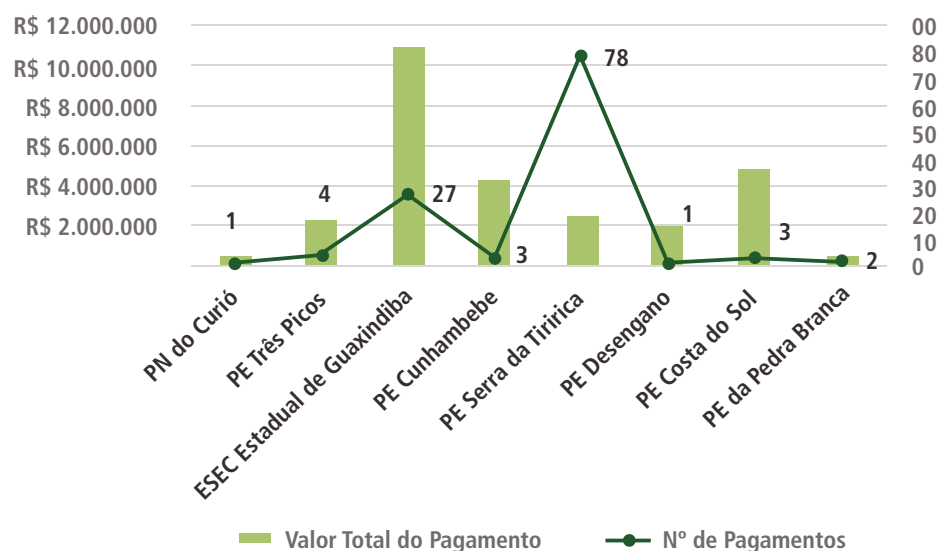
Sinalização da reserva extrativista do Guariba Roosevelt

Também por meio desse recurso, foram apoiadas demarcações em 33 UCs e estudos de levantamento fundiário em 32 UCs. A elaboração e assinatura do Termo de Compromisso foram apoiadas em trinta UCs.

Outros apoios importantes para o processo de consolidação das UCs são a demarcação e a sinalização, os estudos de levantamento fundiário, a elaboração e assinatura de Termos de Compromisso (assinados com populações tradicionais para definir as condições de acesso e permanência em UCs de Proteção Integral) e pagamentos de regularização fundiária. Nesse sentido, com investimentos da ordem de dois milhões de reais por meio do programa Arpa, 82 UCs na Amazônia receberam serviços de sinalização.

Por meio do mecanismo FMA/RJ, o Funbio investiu 2,8 milhões de reais em sinalização e demarcação em quatro UCs e mais de 27 milhões de reais em 119 pagamentos de regularização fundiária em oito UCs da Mata Atlântica. O Gráfico 12 mostra o número de pagamentos e o valor em reais por UC beneficiada em termos de regularização fundiária. Em alguns casos, o valor pago não é significativo, mas demanda diversos pagamentos.

Gráfico 12
Valores e número de pagamentos de regularização fundiária na Mata Atlântica



Apesar de o Funbio trabalhar no apoio a UCs desde a sua criação, os dados aqui apresentados sobre o apoio direto a UCs referem-se principalmente à execução após 2003, com o início do programa Arpa. Foi a partir do Arpa que o Funbio adquiriu não só uma escala relevante no cenário da conservação da biodiversidade no Brasil, mas também desenvolveu capacidades únicas para prover serviços direcionados às UCs.

3.2 Contribuições para o controle climático

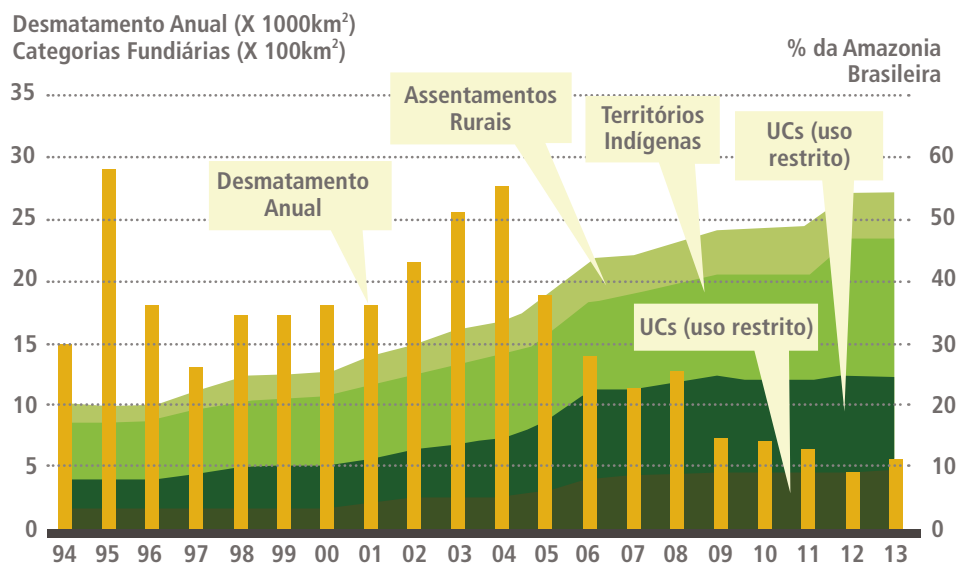
Ao contribuir para a consolidação de áreas protegidas no Brasil, o Funbio integra o esforço global para a redução das emissões de CO₂ por meio da contenção do desmatamento. As áreas protegidas expandiram-se rapidamente nos últimos dez anos e hoje cobrem 27,1% de florestas tropicais em todo o globo. Essas áreas são “limites” verdes ao avanço do desmatamento ilegal, pois funcionam como um desestímulo à ocupação desordenada e às demais ações destrutivas do homem, inibindo, por exemplo, o avanço do fogo, a invasão de madeireiros ilegais, o avanço desordenado da fronteira agrícola e a especulação por terra.

No Brasil a criação e a implantação de Unidades de Conservação são vistas como instrumentos de políticas públicas efetivos para o controle do desmatamento e como suporte ao esforço global de estabilizar a temperatura do planeta, como previsto na Política Nacional de Controle do Desmatamento da Amazônia – PNCDAM. Entre 2004 e 2006 a expansão de áreas protegidas foi responsável em 37% pela queda do índice de desmatamento.⁹

⁹ Maia, H. et al. 2011. Avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal: PPCDAM: 2007-2010. Brasília: IPEA, CEPAL, GIZ.

O Gráfico 13 mostra o aumento das áreas sob proteção na Amazônia brasileira, chegando a 54% das florestas remanescentes, e a relação direta com a queda do desmatamento.

Gráfico 13 Áreas protegidas na Amazônia e queda do desmatamento



Fonte: Nepstad, D. et al. 2014. *Science* (344), 1.118

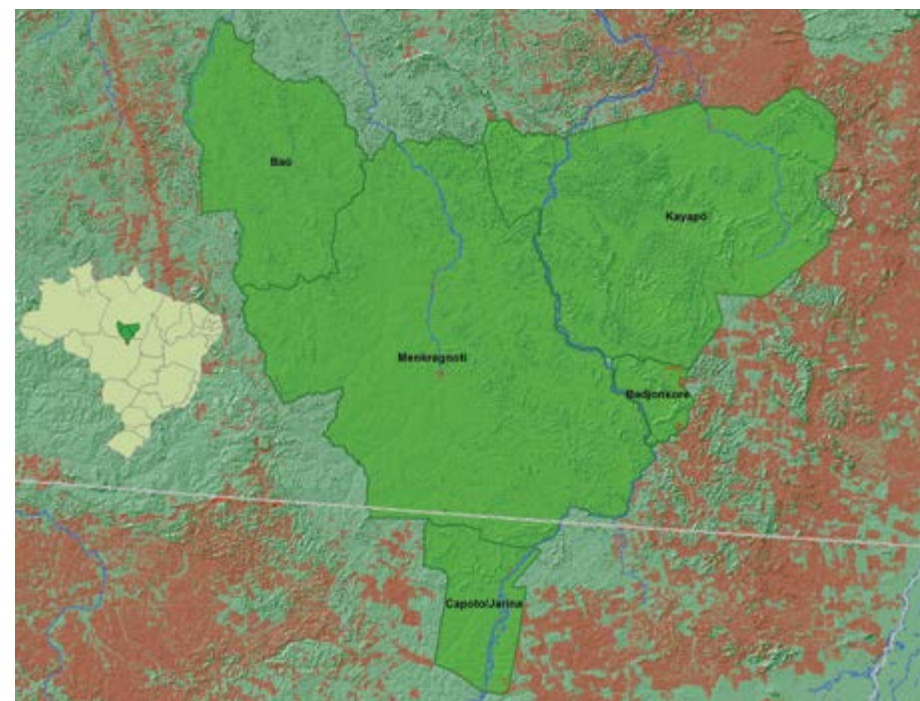
Essas áreas sob proteção estocam 25 bilhões de toneladas de carbono, 54% do total do carbono da Amazônia brasileira, que alguns estudos avaliam entre 47 e 54 bilhões de toneladas.

O Funbio tem no apoio ao programa Arpa sua maior contribuição para o esforço global no controle climático. Somente as UCs apoiadas pelo Arpa possuem um estoque de cinco bilhões de toneladas de carbono.

Até 2050 todas as áreas de Proteção Integral e de Uso Sustentável da Amazônia brasileira serão responsáveis pela redução de 15 bilhões de toneladas de CO₂, o equivalente a cinco vezes a redução de emissão obtida pela redução do desmatamento na região entre 2005-2012, período em que o desmatamento foi mais baixo desde 1997.¹⁰

Além do Arpa, o Funbio apoia iniciativas de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e fundos ligados a Terras Indígenas, que também se mostram uma barreira eficaz contra o desmatamento, já que mantêm vastas áreas de floresta tropical nativa preservadas em contextos em que tudo ao redor já foi desmatado, como é o caso dos dois projetos com povos indígenas apoiados pelo Funbio: o Fundo Suruí e o Fundo Kayapó.

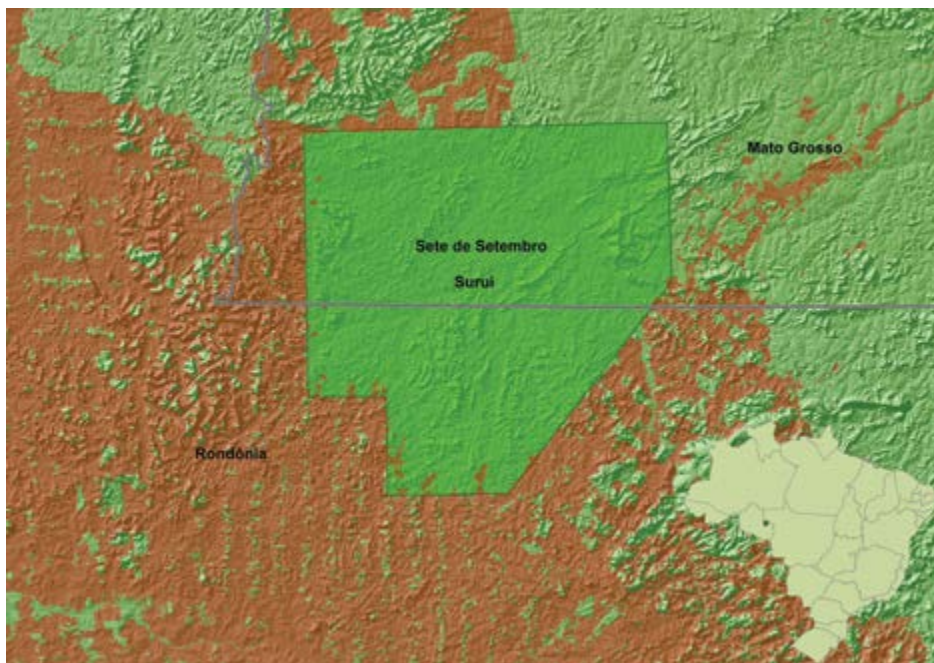
Mapa 2 Terras Kayapó com desmatamento ao redor



10 Soares-filho, B. et al. 2010. Role of Brazilian Amazon Protected Areas in climate change mitigation. *PNAS* 107 (24): 10821-10826.

Mapa 3

Terra Sete de Setembro (Suruí) com desmatamento ao redor



3.3 Resultados de apoio indireto a UCs

Além do apoio à criação e à consolidação de UCs, o Funbio apoia projetos que contribuem para que as unidades atinjam seus objetivos. São projetos apoiados por meio de chamadas ou por compras e contratações, apresentados e executados por organizações da sociedade civil que realizam as atividades de conservação com financiamento que recebem do Funbio e de outras fontes. Por meio da atuação desses parceiros-chave no campo, o Funbio contabiliza em seus resultados finais aqueles de conservação compartilhados.

Nessa categoria inclui-se o apoio a projetos comunitários dentro e no entorno de UCs, que criam alternativas de renda, conscientização e engajamento das comunidades nas atividades de conservação, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais.

O Funbio já apoiou 38 projetos de base comunitária relacionados a UCs, com um investimento de cerca de 4,8 milhões de reais.

Outros tipos de apoio indireto são projetos de pesquisa, monitoramento, manejo e conservação de espécies ameaçadas, capacitação de gestores e de guias e desenvolvimento e implantação de sistemas agroflorestais.

Projetos desse tipo foram apoiados especialmente pelas chamadas lançadas pelo programa TFCA – Tropical Forest Conservation Act, com recursos de uma troca de dívidas entre os governos brasileiro e norte-americano para a proteção de remanescentes florestais na Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. O Funbio dedicou 9,4 milhões de reais do TFCA a esses projetos, que apoiaram indiretamente outras 69 Unidades de Conservação¹¹, em um total de 7,4 milhões de hectares. Em área, a maior parte dessas UCs apoiadas indiretamente é de Uso Sustentável, sendo 5,7 milhões de hectares em 38 UCs. O restante, 1,7 milhão de hectares, está em 31 UCs de Proteção Integral. Os gráficos 14 e 15 mostram a quantidade de UCs apoiadas indiretamente por bioma e a área em cada bioma.

¹¹ A lista das 69 UCs apoiadas indiretamente está no Anexo 1.

Gráfico 14
Número de UCs apoiadas indiretamente pelo TFCA

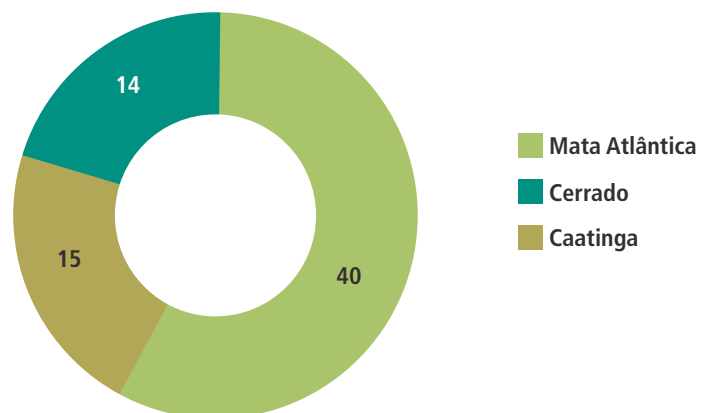
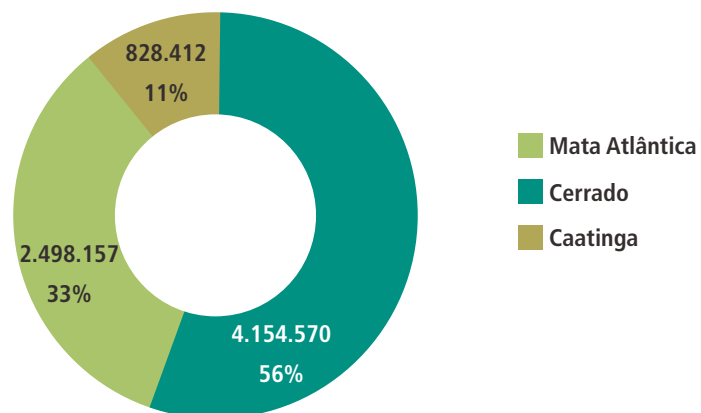


Gráfico 15
Área das UCs apoiadas indiretamente pelo TFCA



OBS.: Para estes dois gráficos foram usados os biomas predominantes de cada UC apoiada indiretamente.





4. Soluções

MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO

Acordos bi e multilaterais

Doações e patrocínios

Termos de ajustamentos de conduta

Compensação ambiental

Troca de dívida por natureza

Conversão de multas, sanções e condicionates

Venda de créditos de carbono

MECANISMOS DE EXECUÇÃO

Gestão de fundos

Desembolsos

Compras e contratações

Conta e cartão vinculado



Estudos

Os resultados apresentados no capítulo anterior foram alcançados por meio de uma série de mecanismos tanto de mobilização quanto de execução de recursos. São soluções que foram adotadas, adaptadas ou criadas para atender às diferentes demandas de financiadores e governos e à complexidade de gestão dessas áreas.



Por um lado, os mecanismos de mobilização possibilitam alavancar recursos financeiros de diferentes fontes. São ferramentas distintas, que permitem que contratos possam ser celebrados com financiadores que têm necessidades e demandas diferentes. Por outro, os mecanismos de execução asseguram que os recursos financeiros mobilizados cheguem às UCs em forma de bens e serviços necessários para o seu funcionamento. Esse trabalho de mobilização de recursos e execução provê dados concretos para que o Funbio realize também estudos, tanto sobre os custos de consolidação das UCs quanto sobre as fontes de financiamento, desenhando estratégias financeiras de médio e longo prazo.

4.1 Mecanismos de Mobilização de Recursos

Acordos bi e multilaterais

O Funbio foi criado por meio de um acordo multilateral, com recursos do GEF providos pelo Banco Mundial. Essa forma de mobilização de recursos financeiros para a conservação é, portanto, a mais antiga utilizada pelo Funbio. Os acordos multilaterais e bilaterais entre as nações são instrumentos importantes na diplomacia internacional e na resolução de conflitos. Eles permitem que países se unam para enfrentar desafios comuns, por meio de princípios jurídicos.¹² Como a preocupação com o meio ambiente e as mudanças climáticas são temas globais, alguns desses acordos destinam recursos a projetos ambientais, onde a degradação é mais alarmante ou onde a biodiversidade é única.

O Funbio atua como gestor financeiro e executor de diversos acordos bi e multilaterais assinados com o governo brasileiro, com objetivos de conservação da biodiversidade por intermédio do apoio a áreas protegidas. São recursos destinados a programas e projetos em que o governo define e negocia com os financiadores as prioridades e ações de conservação e o Funbio executa os recursos seguindo as diretrizes estabelecidas nos acordos.

O programa Arpa é um bom exemplo de programa de conservação de interesse global que conta com recursos provenientes de acordos bi e multilaterais. O Funbio administra recursos do GEF, um organismo multilateral, para o programa Arpa, que já atingiram 45,8 milhões de dólares destinados às áreas protegidas do programa. O programa recebeu também recursos do governo alemão, por intermédio do banco de desenvolvimento KfW, da ordem de 57,6 milhões de euros, 20 milhões de reais do Fundo Amazônia, via BNDES, fundo criado por meio de um acordo bilateral com o governo da Noruega, e 4,5 milhões do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Doações e patrocínios

Doações e patrocínios não são uma fonte significativa de recursos financeiros, quando analisamos o total do financiamento canalizado pelo Funbio para as áreas protegidas brasileiras. A falta tanto de incentivos fiscais no país quanto de uma cultura de filantropia para o meio ambiente pode explicar os números mais modestos.

De qualquer forma, doações e patrocínios são mecanismos importantes para receber recursos de empresas privadas que decidem exercer sua responsabilidade ambiental por meio do financiamento de projetos de conservação em UCs. O Funbio recebe recursos de doação e patrocínios de empresas, os executa e presta contas, para que os financiadores possam comunicar seus investimentos ambientais.

As doações internacionais têm sido uma fonte mais importante para o Funbio do que as doações e patrocínios nacionais. Essas vêm especialmente de ONGs internacionais e fundações, principalmente americanas. O Funbio já recebeu diversas doações internacionais, e no conjunto dos fundos ambientais esse mecanismo de mobilização tem sido importante.

12 Organização dos Estados Americanos.

O programa Adoção de Parques foi criado para receber recursos de empresas privadas que decidam adotar uma determinada UC. As empresas OGX e Eneva adotaram respectivamente os parques nacionais de Fernando de Noronha e Lençóis Maranhenses, provendo recursos para estruturar os parques com a infraestrutura e os equipamentos necessários. Além do Adoção de Parques, as empresas Natura, O Boticário e Anglo American doaram recursos para o programa Arpa.

Termos de Ajustamento de Conduta

Os Termos de Ajustamento de Conduta, conhecidos como TAC (ou tecnicamente como TCAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta) são instrumentos utilizados por órgãos públicos com o objetivo de ajustar condutas ilegais. No meio ambiental, os TACs têm se mostrado eficientes para a resolução de conflitos, pois conferem alternativas mitigatórias ou reparatórias na efetivação da norma legal ambiental.

O TAC é um contrato administrativo celebrado entre o causador, ou potencial causador, do dano ambiental e o Poder Público. As partes que assinam o TAC comprometem-se, perante o órgão público, a cumprirem determinadas atividades para resolver o problema que estão causando, ou que possam potencialmente causar, ou ainda para compensar danos e prejuízos que já ocorreram. É um instrumento que pode ser celebrado em esfera administrativa, diretamente entre o agente do dano e o poder público, ou já no curso de um processo judicial, visando à celeridade dos resultados do processo e das ações corretivas. Uma das vantagens do TAC é que, por sua natureza conciliatória, ele desafia a máquina judiciária, além de acelerar a reparação do meio ambiente.

Outro aspecto que faz do TAC um instrumento vantajoso de cumprimento da legislação ambiental, quando acordado extrajudicialmente, é que evita o constrangimento de uma empresa em figurar como réu em processo, seja Ação Civil Pública, seja um Processo Criminal. O TAC é, portanto, um meio alternativo de solução de conflitos que pode ser aplicado ao Direito Ambiental.

O Funbio se posiciona como uma solução para executar TACs, trazendo os recursos financeiros do setor privado para projetos de conservação e apoiando as empresas a resolverem seu passivo ambiental.

A Carteira Fauna Brasil é um mecanismo financeiro criado pelo Funbio em parceria com o Ibama¹³, o ICMBio¹⁴ e o Ministério Público Federal e tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira. A Carteira recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes, inclusive recursos provenientes de TAC. Por meio da Carteira Fauna Brasil, o Funbio recebeu e executou recursos de um TAC de quase 3 milhões de reais que empresas da área de sísmica celebraram com o Ministério Público Federal. Com esse TAC foram financiados projetos de conservação da fauna marinha brasileira. Seguindo o modelo da Carteira Fauna, o Funbio desenhou a Carteira de UCs, que pode receber recursos de TACs para beneficiar Unidades de Conservação.

¹³ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

¹⁴ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Compensação ambiental

A Compensação Ambiental é um instrumento de política pública que tem sua origem no processo de licenciamento, mecanismo que busca harmonizar a dinâmica ambiental e os processos de desenvolvimento social e econômico.¹⁵ A compensação proporciona a incorporação dos custos sociais e ambientais da degradação gerada pelos empreendimentos em seus custos globais. A Lei do SNUC,¹⁶ em seu artigo 36, impõe ao empreendedor a obrigatoriedade de apoiar a implantação e manutenção de UCs do grupo de Proteção Integral, quando, durante o processo de licenciamento, um empreendimento for considerado como de significativo impacto ambiental. A compensação ambiental é, portanto, um importante mecanismo fortalecedor do SNUC.

Após fixado o valor da compensação ambiental para um determinado empreendimento e definida a sua destinação pelo órgão licenciador, o empreendedor é notificado para firmar um termo de compromisso. Pela Lei do SNUC, a compensação se dará, sempre, na forma de destinação de recursos às UCs, seguindo as prioridades estabelecidas na lei.

Com o desenvolvimento de mecanismos para operar recursos da compensação, o Funbio encontrou uma solução para disponibilizar recursos significativos do setor privado para o apoio às unidades.

No Rio de Janeiro, o Funbio administra o FMA/RJ, mecanismo desenhado para receber recursos para a consolidação das UCs estaduais, especialmente os recursos da compensação ambiental. O FMA/RJ começou a operar em 2009 e desde então já mobilizou mais de 280 milhões de reais para as UCs do estado. Além das UCs estaduais, unidades federais e municipais do estado foram beneficiadas, em um total de 40 UCs.

¹⁵ Estabelecido nacionalmente em 1981 na Lei Federal nº 6.938/91 – Política Nacional do Meio Ambiente.

¹⁶ Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Troca de dívida por natureza

A troca de dívida por natureza foi adotada com sucesso durante a década de 90, particularmente na América Latina. Trata-se de um procedimento em que um país credor, geralmente uma nação rica, aceita negociar com o país devedor, normalmente um país em desenvolvimento, a redução da dívida e sua conversão em projetos ambientais no país devedor. Essa é uma decisão que depende das condições de cada país, do seu custo e da disposição dos governos (principalmente do credor) em adotar esse mecanismo.

As conversões de dívida em projetos ambientais geraram recursos para uma diversificada gama de projetos, incluindo o fortalecimento de áreas protegidas na Costa Rica, o apoio ao ecoturismo em Gana e a conservação de florestas tropicais em Bangladesh. Países como Peru, Colômbia, El Salvador, Jamaica e Bolívia também conseguiram transformar recursos significativos de dívida em financiamento de projetos ambientais.

O modelo de troca de dívida por natureza dos Estados Unidos da América, por exemplo, é o Tropical Forest Conservation Act – TFCA, aprovado pelo senado em 1998 e voltado para ações de conservação de florestas tropicais. Até dezembro de 2010, 14 países das Américas Central e do Sul, da Ásia e da África assinaram 17 acordos TFCA com o governo norte-americano, envolvendo mais de 266 milhões de dólares.

Um acordo desse tipo foi assinado em agosto de 2010 com o Brasil, sendo o 16º utilizando essa lei, que engloba 20,8 milhões de dólares para apoiar a conservação dos biomas Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado, e tem duração de cinco anos. O Funbio é a secretaria executiva do TFCA Brasil e, por meio do lançamento de cinco chamadas de projetos, já investiu R\$ 32,6 milhões em 82 projetos.

Conversão de multas, sanções penais e condicionantes de licença

Da mesma forma que o Funbio tem trabalhado para executar obrigações legais do setor privado, como a compensação ambiental e os Termos de Ajustamento de Conduta, há outros recursos que podem ser mobilizados para a consolidação de UCs. As multas ambientais e outros tipos de sanções podem ser convertidas para apoiarem as unidades.

Condicionantes de licença são um outro tipo de recurso a ser aproveitado para projetos de conservação ambiental. Se, no processo de licenciamento, é estabelecido que o empreendimento deve financiar investimentos ambientais para obter sua licença, esse investimento pode ser absorvido em um contrato para determinados projetos.

O Funbio já recebeu recursos de multas, sanções e condicionantes de licença por meio da Carteira Fauna Brasil. O projeto Monitoramento de Sirênios na Bacia Potiguar é financiado com recursos que a Petrobras teve que investir em um processo de licenciamento. Da mesma forma que o Funbio administra esses recursos para projetos de preservação de fauna, a Carteira de UCs também permite que o Funbio receba e execute esses tipos de recursos para apoio a Unidades de Conservação.

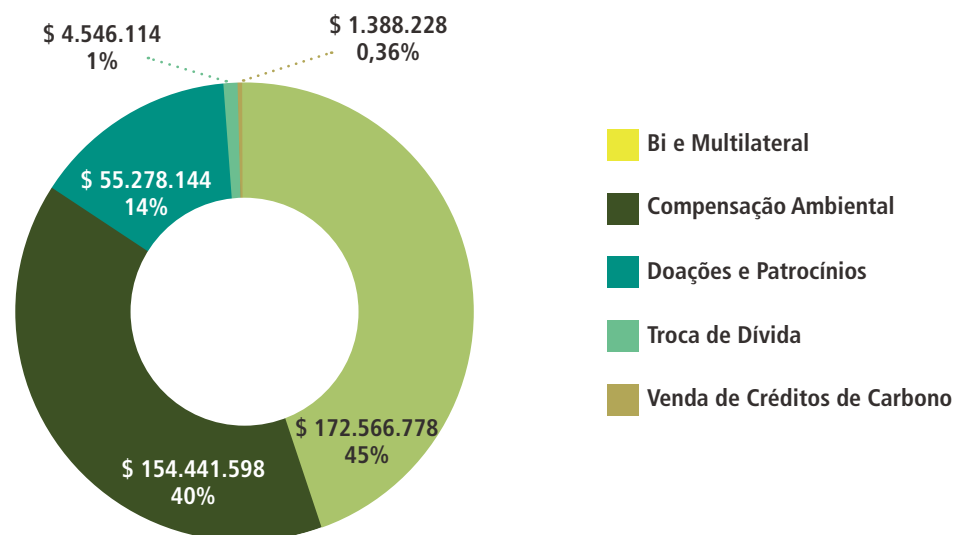
Venda de créditos de carbono

A venda de créditos de carbono é também uma forma de mobilização de recursos financeiros para projetos socioambientais. Os créditos são gerados a partir da certificação de emissões de carbono evitadas. No caso dos projetos de carbono florestal, deve-se comprovar que a preservação de determinada área está evitando a emissão do carbono estocado pela floresta e que essa área provavelmente seria desmatada se não houvesse o projeto de carbono gerando créditos.

O Funbio trabalha somente com projetos de carbono do tipo REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), que são exatamente os projetos que buscam preservar florestas nativas. Ao preservar essas florestas, o Funbio preserva o *habitat* de inúmeras espécies da biodiversidade brasileira, além de contribuir para a manutenção do modo de vida e da cultura dos povos tradicionais, já que essas áreas são geralmente ocupadas por povos indígenas ou ribeirinhos.

O Funbio é responsável pelo desenho e pela gestão financeira do Fundo Paiter Suruí, voltado para implantar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono são parte integrante do fundo, que tem os índios Suruí como principais beneficiários. Os recursos obtidos com a venda dos créditos de carbono, da ordem de 1,3 milhão de dólares, serão investidos em projetos de produção sustentável, artesanato e projetos culturais propostos pelas associações e aldeias.

Gráfico 16
Recursos mobilizados para UCs (em dólares) por mecanismo



O Gráfico 16 evidencia a importância que os recursos privados, vindos especialmente da compensação ambiental, passaram a ter para o apoio que o Funbio provê às UCs. Apesar de os acordos bi e multilaterais ainda serem a principal fonte, a compensação ambiental tem um enorme potencial a ser explorado. Os recursos de compensação aqui ilustrados referem-se somente ao estado do Rio de Janeiro.

4.2 Mecanismos de Execução

Gestão de fundos

A gestão de fundos é um dos mecanismos mais importantes utilizados pelo Funbio. A existência dos fundos faz que os recursos sejam mobilizados, e sua gestão faz que esses recursos tenham rendimentos e sejam usados para promover resultados de conservação a longo prazo.

Novamente o programa Arpa foi uma escola para o Funbio. O programa tinha desde o início um fundo patrimonial do tipo *endowment*¹⁷, em que somente os rendimentos são utilizados e o capital principal é preservado. A gestão desse fundo juntamente com a gestão do seu próprio fundo de reservas (formado com recursos remanescentes da doação inicial do GEF) deu ao Funbio o aprendizado necessário em gestão de ativos.

A gestão de ativos feita pelo Funbio conta com um gestor externo, supervisionado e orientado por uma comissão de gestão de ativos, composta por conselheiros e especialistas convidados. Essa comissão elabora as políticas de investimento e reporta sobre o desempenho das carteiras ao Conselho Deliberativo.

A Iniciativa Arpa para a Vida marca o início da terceira fase do programa e um compromisso de longo prazo por parte de doadores e do governo brasileiro. O Fundo de Transição, de 215 milhões de dólares, financiará os processos de consolidação das áreas do Arpa por 25 anos, para que gradualmente os governos federal e estaduais possam assumir os custos totais de manutenção desse subsistema de UCs. O Fundo de Transição agregou recursos de agências bi e multilaterais, doações de ONGs e fundações e doações de empresas brasileiras e internacionais.

¹⁷ Nos fundos do tipo *endowment* somente os rendimentos são utilizados, preservando-se o capital principal a longo prazo.

Desembolsos

Os desembolsos são transferências de recursos para outras organizações que põem em prática os projetos selecionados por meio de chamadas. Esta é a forma mais tradicional utilizada pelo Funbio para levar os recursos mobilizados ao campo, transformando-os em resultados de conservação. Desde o primeiro edital, lançado em 1996, o Funbio utiliza esse mecanismo.

Para que os desembolsos sejam efetivos, os projetos devem apresentar planos de trabalho coerentes com os cronogramas de execução e orçamentos, que fazem parte dos contratos com o Funbio. Assim que a execução do primeiro desembolso é verificada, um novo desembolso é realizado, até que o projeto receba o total de recursos previsto no contrato. Boas práticas de relatoria por parte dos projetos e de monitoramento por parte do Funbio são componentes essenciais para o processo de desembolso.

O AFCoF – Atlantic Forest Conservation Fund – apoiou as duas fases do Projeto Proteção da Mata Atlântica, com objetivos de proteção, manejo sustentável e recuperação do bioma. Mais da metade dos recursos, doados pelo governo alemão, foram executados por meio de desembolsos para outras instituições que trabalham na Mata Atlântica. Alguns desses projetos que receberam desembolsos do AFCoF beneficiaram UCs.

Compras e contratações

Em 2003, com a entrada do Arpa, o Funbio começou a atuar no apoio logístico, na gestão financeira e no gerenciamento do programa. Para desempenhar essa tarefa de forma eficiente, a instituição passou por vários ajustes e pela instalação de mecanismos operacionais. Para prestar serviços de contratações e aquisições, foi criada a Unidade Operacional de Compras (UO Compras), que assimilou, ainda no âmbito do Arpa, as diretrizes do Banco Mundial.

O programa Arpa proporcionou à UO Compras experiência em planejamento e capacidade de execução de aquisições e contratações, diante de demandas para a realidade amazônica, de logística complicada. Essa experiência, posteriormente, foi adaptada para suprir as demandas de outros projetos, com outros doadores.

A equipe de UO Compras constantemente realiza a contratação, para as Unidades de Conservação, de eventos nacionais e internacionais, expedições de longa duração a locais de difícil acesso, construção de sedes fixas e flutuantes e planos de manejo. Viabiliza também a aquisição de diversos equipamentos necessários à operação das UCs, como barcos, motores, veículos, estações hidrológicas, equipamento de combate a incêndio e outros, bem como administra um grande número de contratos de consultorias e serviços diversos e a compra de grande volume de passagens aéreas.

Hoje a UO Compras atua em todos os projetos e negócios do Funbio e desenvolveu diretrizes próprias para contratações e aquisições, baseadas em sua experiência e em regras dos principais doadores, como o Banco Mundial. A área trabalha também no desenvolvimento de projetos especiais, como o “procurement verde”, e no aperfeiçoamento dos processos e ferramentas.

A sede da Reserva Biológica do Lago Piratuba, no Amapá, foi construída seguindo princípios de bioconstrução. Com recursos do programa Arpa, a área de compras do Funbio contratou e acompanhou a construção, que contou com o uso de tecnologias inovadoras para reduzir o impacto ambiental e o transporte de materiais. A terra ensacada, também conhecida como superadobe, é uma técnica de bioconstrução que utiliza sacos com terra compactada para fazer paredes e coberturas. A maior parte do material da construção consiste de terra proveniente do próprio local, que por ser um excelente isolante natural resulta também em economia nos gastos com refrigeração e aquecimento.

Conta e cartão vinculado

A Conta Vinculada é uma conta corrente específica para cada UC. É um mecanismo criado pelo Funbio em 2005, especialmente para o Programa Arpa, para facilitar o dia a dia dos gestores das UCs, permitindo que façam pequenos gastos necessários para o funcionamento das unidades. O mecanismo viabiliza que esses gastos, tais como compra de combustível, materiais de escritório, contratações para eventos, etc., sejam feitos localmente. Com isso, é possível executar com eficiência e economia boa parte das atividades previstas nos Planos Operativos Anuais (POAs), elaborados pelas equipes das UCs.

Cada UC contemplada pelo Arpa pode gerenciar uma Conta Vinculada, cujos recursos estão exclusivamente destinados à realização de gastos elegíveis aprovados no POA e autorizados pelos doadores do Programa. O Funbio faz a gestão do fluxo de recursos para as contas. O valor limite para essas contas é estipulado pelo Funbio e a realimentação é feita após análise e aprovação das prestações de contas periódicas, que podem ser mensais ou quando o gasto atingir 80% do valor total. Toda a movimentação na conta é respaldada pela documentação original (recibos, notas fiscais, etc.), conferida e assinada pelos responsáveis.

Com o mesmo objetivo da Conta Vinculada, o Funbio criou o Cartão Vinculado. Trata-se de um cartão de débito pré-pago, personalizado e recarregável, também modelado como mecanismo financeiro alternativo para facilitar a realização de pequenos gastos locais. Esse mecanismo foi criado para o FMA/RJ.

A conta e o cartão vinculados, além de facilitarem o funcionamento diário das unidades, permitem ao gestor contratar localmente, estreitando a relação com a comunidade do entorno e gerando renda local.

O FMA/RJ instituiu o uso de Cartões Vinculados como uma ferramenta para realizar despesas locais, para benefício das UCs do Estado do Rio de Janeiro. Os cartões são disponibilizados aos gestores de Núcleos, Postos e Serviço de Guarda Parque das Unidades de Conservação estaduais beneficiárias. Os cartões são vinculados às contas correntes de titularidade do Gestor do Mecanismo Financeiro do FMA/RJ, que atualmente é o Funbio.

4.3 Estudos

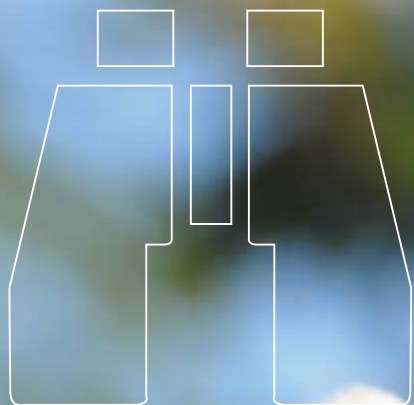
A partir das experiências com os mecanismos de mobilização e execução criados para prover recursos às áreas protegidas, o Funbio acumulou um grau de conhecimento que possibilitou um aprofundamento na busca de novos caminhos e soluções, por meio do desenvolvimento de estudos.

Esses estudos estão concentrados principalmente no ambiente financeiro das unidades, tanto buscando dimensionar a demanda referente aos custos das UCs quanto a oferta de fontes financeiras atuais e potenciais. Ao analisar esses dois eixos, é possível traçar estratégias de financiamento para as unidades, ou sistemas de unidades, regionais ou nacionais.

A equipe de mecanismos financeiros do Funbio realizou esse tipo de estudo para as unidades do Arpa, do Cerrado brasileiro, dos estados do Acre, Rio de Janeiro, Paraná, Pará, Rondônia, Amapá e Amazonas, além de um estudo para o sistema nacional da Guiné Bissau.

Os estudos estão também voltados para integrar a questão das mudanças climáticas na manutenção das UCs, seja por meio de projetos de carbono florestal que gerem recursos para as unidades, seja pela análise de incentivos econômicos para atividades de baixo carbono ou que reduzam o desmatamento.

O estudo Instrumentos Econômicos para Redução do Desmatamento na Amazônia analisa as dinâmicas básicas de âmbito político, espacial e econômico que levam ao desmatamento. A abordagem proposta alia a fiscalização a iniciativas positivas, que incentivem a preservação florestal. O artigo conclui com propostas de como os governos federal e estaduais poderiam trabalhar juntos numa divisão que aproveitasse ao máximo os pontos fortes de cada um.



5. Tendências

Um dos estudos realizados pela equipe de mecanismos financeiros resultou em um artigo que faz uma radiografia do ambiente financeiro das UCs no Brasil, traçando seu comportamento a médio e a longo prazo. O artigo, denominado O futuro do ambiente financeiro das áreas protegidas¹⁸, faz uma investigação do ambiente de financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e de seus vetores de transformação. Foram identificados os desafios atuais e onde estão as oportunidades para um futuro mais promissor, além do que pode ser esperado em relação à atuação do Funbio.

Em resumo, o SNUC enfrenta dois grandes desafios: tornar efetiva a gestão das áreas já existentes, consolidando-as, e ampliar o número de áreas existentes, permitindo que todos os biomas sejam ampla e representativamente protegidos. Esse esforço, por sua vez, se espelha numa necessidade de mobilização de recursos suficientes e constantes. Um grande desafio, uma vez que grande parte das áreas protegidas está em estágio inicial do processo de consolidação e encara diversos obstáculos para atingir seus objetivos mais básicos, incluindo aí a própria conservação da natureza.

¹⁸ O artigo está disponível no site do Funbio, em Publicações.

Embora os desafios enfrentados pelas áreas protegidas não sejam exclusivamente financeiros, a falta de recursos é um dos principais problemas enfrentados por essas áreas, seja para a aquisição de infraestrutura e equipamentos, seja para a mobilização de recursos humanos em número e qualificação adequados, ou até mesmo para arcar com os seus custos de manutenção.

O Brasil possui 1.828 áreas protegidas federais, estaduais e municipais. A área total coberta, descontadas as sobreposições, é de quase 150 milhões de hectares, representando 16,9% da área terrestre e 1,5% das áreas marinhas. Desse total, 34,2% são do grupo de Proteção Integral e 65,8% do grupo de Uso Sustentável.¹⁹

Os problemas financeiros muitas vezes têm relação direta com os demais obstáculos enfrentados, como a rigidez burocrática, o desaparecimento dos órgãos públicos, os modelos de gestão ineficientes e o desequilíbrio nos valores percebidos pela sociedade. Caso o problema de falta de recursos financeiros fosse resolvido, ao menos em parte se poderia amenizar outras demandas reprimidas, como a falta de aparelhamento e de pessoal. Simultaneamente, a melhoria nos modelos de gestão, na infraestrutura e na capacitação de pessoal poderia viabilizar a captação e o uso dos recursos financeiros, bem como aumentar a eficiência no uso dos recursos disponíveis, sejam eles financeiros ou humanos.

Outro ponto crucial para a consolidação das áreas protegidas é a sua regularização fundiária, um problema histórico e que representa um grande passivo financeiro. Estimativas do ICMBio, órgão gestor das áreas protegidas federais, apontam para a existência de aproximadamente 54.000 km² de terras privadas não desapropriadas e indenizadas no interior das áreas protegidas federais que não permitem a fixação de pessoas em seu interior.²⁰

Para se alcançar a sustentabilidade financeira, deve-se ter uma radiografia dos custos atuais do sistema de áreas protegidas, de sua capacidade de absorção

de recursos no tempo, de suas receitas atuais, da lacuna de financiamento resultante, e a partir desses traçar uma estratégia de geração e gestão de novos recursos. A busca pela sustentabilidade financeira é um dos grandes desafios que o SNUC precisa enfrentar.

A criação, instalação, consolidação e gestão das áreas protegidas demandam um fluxo financeiro estável, diversificado e proporcional às necessidades de custos e investimentos. A busca da sustentabilidade financeira tem como primeiro passo a ampliação do aporte de recursos obtidos a partir das fontes hoje já utilizadas, predominantemente os recursos orçamentários, de compensações e doações, e paralelamente a intensificação de busca por novas fontes.

O orçamento público é hoje a principal fonte financiadora do SNUC. Isso é verdade notadamente para gastos com pessoal e com despesas de manutenção. Existe uma grande competição pelos recursos orçamentários e, historicamente e por diversas razões, o meio ambiente é preterido por uma série de outras demandas. Do orçamento federal recente, apenas 0,33% é destinado à gestão ambiental. E dos recursos destinados ao Ministério do Meio Ambiente, apenas 18,15% são destinados ao ICMBio.²¹ A agenda ambiental, e em particular as áreas protegidas, é normalmente percebida como entrave ao desenvolvimento econômico e por isso carece de apoio político.

O orçamento público pode ser também apoiado por diferentes ferramentas. São elas: uso público; concessão florestal; multas ambientais e sanções administrativas; pagamentos por serviços ambientais previstos na Lei do SNUC; redução de emissão por desmatamento e degradação (REDD+); doações nacionais e internacionais; empréstimos em condições vantajosas; Fundo Amazônia; e obrigações legais (como a compensação ambiental, compensação de Reserva Legal e Reposição Florestal).²²

19 Fonte: CNUC/MMA – <www.mma.gov.br/cadastro_uc>.

20 Relatório do Tribunal de Contas da União – TC 034.496/2012-2.

21 Dados do site da Secretaria do Tesouro Nacional.

22 Todas estão explicadas na versão integral do artigo que originou este capítulo.

Cada uma dessas fontes demanda diferentes níveis de esforço para ser acessada. Algumas delas são usadas pelo Funbio e foram descritas no capítulo de mecanismos de mobilização de recursos.

Não podemos deixar de citar outras iniciativas de fontes de recursos que estão em fase embrionária de desenvolvimento ou mesmo que não passam de oportunidades, as quais podem ou não se materializar no futuro. O quadro atual de escassez de recursos, somado ao aumento dos custos de conservação, reforça a importância dessas iniciativas, que muitas vezes demandam um longo prazo de maturação. São elas: a conversão de multas de propriedades rurais; loterias verdes; doações em contas; doação de produtos; tributo de entrada para estrangeiros; e títulos verdes.

O financiamento da conservação também está diretamente ligado a alguns dos principais vetores de mudanças socioeconômicas, ambientais e climáticas, pois estes podem influenciar o futuro da demanda e da oferta de recursos e, por consequência, a forma de atuação e o desenvolvimento de mecanismos financeiros alternativos pelo Funbio.

O orçamento total do ICMBio vem se mantendo em níveis críticos nos últimos anos e, considerando o efeito inflacionário, vem decaindo em termos reais desde 2010. Os escassos recursos são alocados então para a manutenção básica das áreas protegidas, e é preciso expandir e diversificar o financiamento dessas áreas pela maximização das fontes atuais, do acesso de novas fontes de recursos e da adoção de modelos alternativos de gestão. A inovação parece ser essencial para suprir as atuais necessidades.

Existe um leque de fontes que podem financiar o sistema de áreas protegidas, com diferentes potenciais financeiros e estratégias de captação. Em uma visão mais otimista podemos destacar algumas fontes que teriam papel fundamental na ampliação e consolidação do SNUC. O orçamento público poderia ser incrementado com maior acesso a uma parcela das compensações pela exploração de recursos minerais, da nova lei de acesso a recursos genéticos e das multas ambientais. A visitação e a concessão florestal também possuem potencial de gerar recursos. As fontes, fora do orçamento público, com potencial de curto prazo de contribuir no financiamento das áreas protegidas são: a compensação ambiental, a compensação por reserva legal, a reposição

florestal, a cooperação internacional (apesar da tendência de queda), os mercados de carbono, o Fundo Amazônia e algumas iniciativas incipientes.

Uma segunda dimensão dessa discussão trata da urgência de se elaborarem estratégias financeiras baseadas em objetivos a serem alcançados pelo conjunto de áreas protegidas, para assim fazer a priorização e o monitoramento da alocação dos recursos. É necessário fazer um planejamento de metas, considerando a priorização das áreas que podem gerar recursos e daquelas que sofrem maiores pressões.

Esse contexto e a projeção dos cenários socioeconômicos e ambientais levam a uma reflexão sobre o futuro de instituições como o Funbio. É preciso se preparar para novos desafios e oportunidades, para que o Funbio continue com um papel relevante no fomento das áreas protegidas, canalizando recursos financeiros e permitindo arranjos institucionais eficientes. É necessário prever as mudanças e se adaptar a elas. A mitigação e a adaptação dos efeitos do aquecimento global irão pressionar os custos das áreas protegidas, assim como o crescimento populacional, o incremento do consumo, da indústria e da pecuária. O efeito inflacionário não tem sido compensado por um orçamento crescente. A captação e a gestão de novos recursos tornam-se essenciais e o Funbio espera continuar a ter um papel importante no futuro do financiamento das áreas protegidas.

O Funbio deve permanecer como um dos parceiros preferenciais para a cooperação internacional. Apesar da tendência de queda dessa fonte, ela ainda será, a curto prazo, importante para a consolidação das áreas. Manter custos baixos de execução em paralelo a bons desempenhos de gestão é essencial. Para isso é também necessário manter um bom relacionamento com os governos.

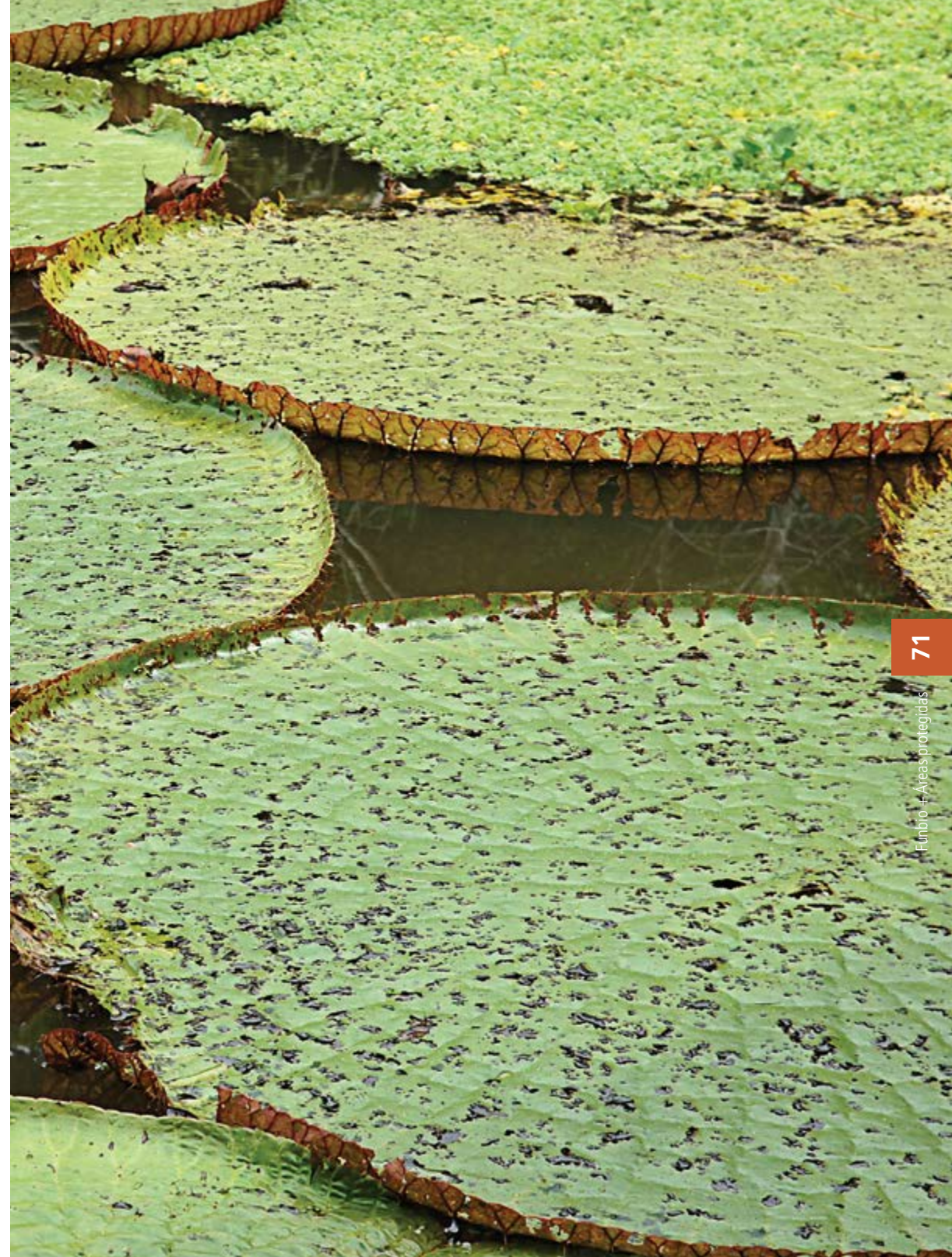
Em paralelo, deve-se olhar para o setor privado nacional. A economia crescente e a pressão da sociedade pela responsabilidade socioambiental das empresas devem reverter a atual baixa participação do setor privado em projetos de áreas protegidas. Mas isso depende também da oferta de incentivos pelo governo. O Funbio, no presente, tem conseguido resultados importantes, porém ainda tímidos, com o setor privado nacional. O diálogo deve ser mantido e ampliado, sempre buscando entender suas demandas.

A sustentabilidade das áreas protegidas passa também pelo desenho e gestão de mecanismos financeiros que facilitem a entrada de recursos para essas áreas. Tem sido crescente a procura dessas ferramentas. E o Funbio vem desempenhando um importante papel nesse sentido, notadamente, mas não exclusivamente, para os recursos da compensação ambiental. É de se esperar que novos fundos de cunho ambiental sejam demandados, e o Funbio deverá estar pronto para desenvolvê-los e geri-los.

Novos instrumentos também devem ser pensados. O Funbio tem a capacidade de proposição e desenho de novas fontes de recursos, sendo uma instituição vocacionada para a inovação. Ou de sugerir novos arranjos ou mesmo a derrubada de gargalos existentes. Além do desenho de mecanismos financeiros, pode-se contar com o desenvolvimento de novas fontes, como os títulos verdes para a regularização fundiária e sistemas de pagamentos por serviços ambientais e outros instrumentos econômicos.

Outra tendência é a ampliação de negócios sustentáveis em áreas protegidas, que podem reverter em recursos para parceiros privados e para o próprio sistema de áreas protegidas. Isso considera o uso público, o manejo florestal e a exploração de não madeireiros. Uma das atuações do Funbio poderia ser a disponibilização de recursos para os negócios, além do próprio esforço de consolidação dessas áreas.

Mantendo seus principais ativos – credibilidade, transparência e eficiência na execução dos recursos – o Funbio pode se manter como um dos parceiros centrais dos governos em projetos de consolidação e manutenção de áreas protegidas. Por meio de estudos do ambiente financeiro, de desenhos de ferramentas e instrumentos econômicos, de arranjos privados para a execução de recursos e de uma gestão eficiente de recursos, um futuro de muitos desafios e muitas oportunidades pode ser vislumbrado para o Funbio. Para isso, é importante olhar para a frente, se antecipar e se adaptar às mudanças que devem acontecer. A sociedade e suas demandas são dinâmicas, e assim devem ser as instituições que a representam.



Anexo 1

Lista de Áreas Protegidas e Terras Indígenas que já receberam apoio do Funbio / *List of Protected Areas and Indigenous Lands that received support from Funbio.*

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
APA da Bacia do Rio Macacu	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	19.499,12	Mata Atlântica
APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado	RJ	Federal	US	Área de Proteção Ambiental	150.374,74	Mata Atlântica/ Costeiro
APA da Serra de Sapiatiba	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	5.959,76	Mata Atlântica/ Costeiro
APA das Serras do Gericinó-Mendanha	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	7.962,49	Mata Atlântica
APA de Guaraqueçaba - Fed	PR	Federal	US	Área de Proteção Ambiental	245.762,35	Mata Atlântica/ Costeiro
APA de Macaé de Cima	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	35.214,69	Mata Atlântica
APA de Mangaratiba	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	24.496,14	Mata Atlântica/ Costeiro
APA de Maricá	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	969,19	Costeiro
APA de Massambaba	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	18.888,71	Mata Atlântica/ Costeiro
APA de Murici	AL	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	129.526,17	Mata Atlântica/ Costeiro

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
APA de Tamoios	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	20.599,14	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Delta do Parnaíba	MA-PI	Federal	US	Área de Proteção Ambiental	280.515,32	Cerrado/ Caatinga/ Costeiro
APA do Alto Pirai	RJ	Municipal	US	Área de Proteção Ambiental	34.680,00	Mata Atlântica
APA do Pau-Brasil	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	10.551,24	Costeiro
APA do Rio Guandu	RJ	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	74.295,00	Mata Atlântica
APA Fernão Dias	MG	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	179.495,96	Mata Atlântica
APA Planalto do Turvo	SP	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	2.719,09	Mata Atlântica
APA Pratigi	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	93.486,64	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Rio Pardinho e Rio Vermelho	SP	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	3.233,09	Mata Atlântica
APA SERRA SÃO JOSÉ	MG	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	4.651	Mata Atlântica
APA Triunfo do Xingu	PA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	1.679.848,91	Amazônia
ARIE Serra da Abelha/ Rio da Prata	SC	Federal	US	Área de Relevante Interesse Ecológico	5.016,57	Mata Atlântica
EE da Mata Preta	SC	Federal	PI	Estação Ecológica	6.565,70	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
EE da Terra do Meio	PA	Federal	PI	Estação Ecológica	3.374.229,60	Amazônia
EE de Aracuri-Esmeralda	RS	Federal	PI	Estação Ecológica	276,98	Mata Atlântica
EE de Guaxindiba	RJ	Estadual	PI	Estação Ecológica	3.259,05	Mata Atlântica/ Costeiro
EE de Maracá	RR	Federal	PI	Estação Ecológica	103.518,68	Amazônia
EE de Maracá-Jipioca	AP	Federal	PI	Estação Ecológica	51.436,00	Amazônia
EE de Niquiá	RR	Federal	PI	Estação Ecológica	284.787,47	Amazônia
EE do Grão-Pará	PA	Estadual	PI	Estação Ecológica	4.203.563,82	Amazônia
EE do Jari	PA-AP	Federal	PI	Estação Ecológica	237.558,97	Amazônia
EE do Paraíso	RJ	Estadual	PI	Estação Ecológica	4.901,53	Mata Atlântica
EE do Rio Ronuro	MT	Estadual	PI	Estação Ecológica	102.907,82	Amazônia
EE do Rio Roosevelt	MT	Estadual	PI	Estação Ecológica	98.856,88	Amazônia
EE Juami-Japurá	AM	Federal	PI	Estação Ecológica	831.530,71	Amazônia
EE Mar de Espanha	MG	Estadual	PI	Estação Ecológica	186,97	Mata Atlântica
EE Mico-Leão-Preto	SP	Federal	PI	Estação Ecológica	6.680,62	Mata Atlântica
EE Rio Acre	AC	Federal	PI	Estação Ecológica	84.340,08	Amazônia
EE Serra dos Três Irmãos	RO	Estadual	PI	Estação Ecológica	88.502,90	Amazônia
FE do Uaimi	MG	Estadual	US	Floresta Estadual	4.289,07	Mata Atlântica
FE Iriri	PA	Estadual	US	Floresta Estadual	457.630,66	Amazônia
FN de Altamira	PA	Federal	US	Floresta Nacional	762.211,08	Amazônia

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
FN de Irati	PR	Federal	US	Floresta Nacional	3.762,92	Mata Atlântica
FN do Jamari	RO	Federal	US	Floresta Nacional	222.162,84	Amazônia
FN do Trairão	PA	Federal	US	Floresta Nacional	257.526,69	Amazônia
MN dos Morros do Pão de Açúcar e Urca	RJ	Municipal	PI	Monumento Natural	93,47	Mata Atlântica/ Costeiro
MN dos Pontões Capixabas	ES	Federal	PI	Monumento Natural	17.443,42	Mata Atlântica
MN Municipal da Pedra do Colégio	RJ	Municipal	PI	Monumento Natural	127,37	Mata Atlântica
PE Biribiri	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	17.381,15	Cerrado
PE Chandless	AC	Estadual	PI	Parque Estadual	693.970,40	Amazônia
PE Cristalino II	MT	Estadual	PI	Parque Estadual	0	Amazônia
PE da Costa do Sol	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	9.840,90	Mata Atlântica
PE da Ilha Grande	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	12.111,44	Mata Atlântica
PE da Lagoa do Açu*	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	8.249,08	Mata Atlântica
PE da Lapa Grande	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	9.520,39	Cerrado
PE da Pedra Branca	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	12.522,75	Mata Atlântica/ Costeiro
PE da Serra da Concórdia	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	962,01	Mata Atlântica
PE da Serra da Tiririca	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	2.326,82	Mata Atlântica/ Costeiro

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
PE da Serra de Montes Altos	BA	Estadual	PI	Parque Estadual	18.491,00	Caatinga
PE da Serra do Cabral	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	22.126,80	Cerrado
PE da Serra dos Martírios-Andorinhas	PA	Estadual	PI	Parque Estadual	25.031,67	Amazônia
PE das Araucárias	SC	Estadual	PI	Parque Estadual	620,46	Mata Atlântica
PE de Corumbiara	RO	Estadual	PI	Parque Estadual	407.147,54	Amazônia
PE de Guajara-Mirim	RO	Estadual	PI	Parque Estadual	200.071,77	Amazônia
PE do Cantão	TO	Estadual	PI	Parque Estadual	99.544,24	Amazônia/Cerrado
PE do Cristalino	MT	Estadual	PI	Parque Estadual	200.351,02	Amazônia
PE do Cunhambebe	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	38.075,90	Mata Atlântica/Costeiro
PE do Desengano	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	21.403,14	Mata Atlântica
PE do Guariba	AM	Estadual	PI	Parque Estadual	69.350,92	Amazônia
PE do Matupiri	AM	Estadual	PI	Parque Estadual	509.591,67	Amazônia
PE do Morro do Diabo	SP	Estadual	PI	Parque Estadual	36.549,66	Mata Atlântica
PE do Rio Doce	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	36.009,61	Mata Atlântica
PE do Rio Negro Setor Norte	AM	Estadual	PI	Parque Estadual	148.593,00	Amazônia
PE do Rio Negro Setor Sul	AM	Estadual	PI	Parque Estadual	155.449,00	Amazônia
PE do Sucunduri	AM	Estadual	PI	Parque Estadual	787.938,13	Amazônia
PE do Xingu	MT	Estadual	PI	Parque Estadual	95.327,00	Amazônia

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
PE dos Três Picos	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	58.759,20	Mata Atlântica
PE Fritz Plaumann	SC	Estadual	PI	Parque Estadual	724,86	Mata Atlântica
PE Grão-Mogol	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	34.860,64	Cerrado
PE Igarapés do Juruena	MT	Estadual	PI	Parque Estadual	108.449,96	Amazônia
PE Marinho do Aventureiro*	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	1.787,04	Costeiro
PE Pedra Selada	RJ	Estadual	PI	Parque Estadual	8.041,48	Mata Atlântica
PE Rio Canoas	SC	Estadual	PI	Parque Estadual	1.134,16	Mata Atlântica
PE Rio Corrente	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	5.174,79	Mata Atlântica
PE Rio Preto	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	12.176,14	Cerrado
PE Serra da Candonga	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	3.345,40	Mata Atlântica
PE Serra do Conduru	BA	Estadual	PI	Parque Estadual	9.365,53	Mata Atlântica/Costeiro
PE Serra do Intendente	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	13.337,11	Cerrado
PE Serra Negra	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	13.977,03	Cerrado / Mata Atlântica
PE Serra Ricardo Franco	MT	Estadual	PI	Parque Estadual	158.433,83	Amazônia
PE Sete Salões	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	13.369,93	Mata Atlântica
PM da Boa Esperança	BA	Municipal	PI	Parque Municipal	437,00	Mata Atlântica/Costeiro
PN da Serra da Bocaina	SP-RJ	Federal	PI	Parque Nacional	97.878,25	Mata Atlântica/Costeiro
PN da Serra da Cutia	RO	Federal	PI	Parque Nacional	280.705,82	Amazônia

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
PN da Serra da Mocidade	RR	Federal	PI	Parque Nacional	376.812,71	Amazônia
PN da Serra das Confusões	PI	Federal	PI	Parque Nacional	523.923,57	Cerrado/ Caatinga
PN da Serra das Lontras	BA	Federal	PI	Parque Nacional	11.343,69	Mata Atlântica
PN da Serra do Divisor	AC	Federal	PI	Parque Nacional	837.595,82	Amazônia
PN da Serra do Pardo	PA	Federal	PI	Parque Nacional	444.910,27	Amazônia
PN das Araucárias	SC	Federal	PI	Parque Nacional	12.842,79	Mata Atlântica
PN de Anavilhanas	AM	Federal	PI	Parque Nacional	340.831,53	Amazônia
PN de Boa Nova	BA	Federal	PI	Parque Nacional	12.065,31	Mata Atlântica
PN de Itatiaia	RJ-MG	Federal	PI	Parque Nacional	28.245,43	Mata Atlântica
PN do Alto Cariri	BA	Federal	PI	Parque Nacional	19.264,00	Mata Atlântica
PN do Cabo Orange	AP	Federal	PI	Parque Nacional	657.316,15	Amazônia
PN do Desco- brimento	BA	Federal	PI	Parque Nacional	21.145,06	Mata Atlântica/ Costeiro
PN do Jamanxim	PA	Federal	PI	Parque Nacional	863.648,28	Amazônia
PN do Jaú	AM	Federal	PI	Parque Nacional	2.368.985,37	Amazônia
PN do Juruena	MT-AM	Federal	PI	Parque Nacional	1.955.211,92	Amazônia
PN do Pau Brasil	BA	Federal	PI	Parque Nacional	18.952,52	Mata Atlântica/ Costeiro
PN do Rio Novo	PA	Federal	PI	Parque Nacional	539.609,92	Amazônia
PN do Viruá	RR	Federal	PI	Parque Nacional	217.210,84	Amazônia

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
PN dos Campos Amazônicos	AM-RO-MT	Federal	PI	Parque Nacional	879.714,28	Amazônia
PN dos Campos Gerais	PR	Federal	PI	Parque Nacional	21.271,08	Mata Atlântica
PN dos Lençóis Maranhenses	MA	Federal	PI	Parque Nacional	156.605,74	Cerrado
PN Grande Sertão Veredas	MG-BA	Federal	PI	Parque Nacional	230.853,42	Cerrado
PN Marinho de Fernando de Noronha	PE	Federal	PI	Parque Nacional	10.862,71	Costeiro
PN Montanhas do Tumucumaque	AP	Federal	PI	Parque Nacional	3.865.323,92	Amazônia
PN Municipal Chico Mendes	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	43,60	Mata Atlântica/ Costeiro
PN Municipal Jardim Jurema	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	3.499,60	Mata Atlântica
PN Nascentes do Lago Jari	AM	Federal	PI	Parque Nacional	812.744,89	Amazônia
PN Serra de Itabaiana	SE	Federal	PI	Parque Nacional	7.998,98	Mata Atlântica
PN Tijuca	RJ	Federal	PI	Parque Nacional	3.958,51	Mata Atlântica/ Costeiro
PNM da Prainha	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	141,78	Mata Atlântica/ Costeiro
PNM da Serra do Mendanha	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	1.062,89	Mata Atlântica
PNM de Grumari	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	782,28	Mata Atlântica/ Costeiro

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
PNM de Nova Iguaçu	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	1.137,05	Mata Atlântica
PNM do Curió	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	914,29	Mata Atlântica
PNM Montanhas de Teresópolis	RJ	Municipal	PI	Parque Natural Municipal	4.435,50	Mata Atlântica
RB Bom Jesus	PR	Federal	PI	Reserva Biológica	34.179,00	Mata Atlântica
RB da Praia do Sul	RJ	Estadual	PI	Reserva Biológica	3.439,32	Mata Atlântica/ Costeiro
RB das Araucárias	PR	Federal	PI	Reserva Biológica	14.970,75	Mata Atlântica
RB das Perobas	PR	Federal	PI	Reserva Biológica	8.716,13	Mata Atlântica
RB de Araras	RJ	Estadual	PI	Reserva Biológica	2.131,11	Mata Atlântica
RB de Maicuru	PA	Estadual	PI	Reserva Biológica	1.149.305,96	Amazônia
RB do Gurupi	MA	Federal	PI	Reserva Biológica	271.197,51	Amazônia
RB do Jaru	RO	Federal	PI	Reserva Biológica	347.015,84	Amazônia
RB do Lago Piratuba	AP	Federal	PI	Reserva Biológica	392.469,11	Amazônia
RB do Rio Trombetas	PA	Federal	PI	Reserva Biológica	407.754,22	Amazônia
RB do Tapirapé	PA	Federal	PI	Reserva Biológica	99.271,75	Amazônia
RB do Uatumã	AM	Federal	PI	Reserva Biológica	938.720,89	Amazônia
RB e Arqueológica de Guaratiba	RJ	Estadual	PI	Reserva Biológica	3.602,24	Mata Atlântica/ Costeiro
RB União	RJ	Federal	PI	Reserva Biológica	2.922,89	Mata Atlântica/ Costeiro

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RDS Aripuanã	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	218.879,83	Amazônia
RDS Bararati	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	107.689,30	Amazônia
RDS do Amanã	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	2.233.462,00	Amazônia
RDS do Cujubim	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	2.421.926,86	Amazônia
RDS do Juma	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	580.787,34	Amazônia
RDS do Rio Amapá	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	214.802,74	Amazônia
RDS do Rio Iratapuru	AP	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	848.817,43	Amazônia
RDS do Rio Negro	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	103.140,68	Amazônia
RDS do Rio Uacari	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	624.531,31	Amazônia
RDS do Uatumã	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	424.428,46	Amazônia
RDS Igapó-Açu	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	394.631,97	Amazônia
RDS Itatupã-Baquiá	PA	Federal	US	Reserva de Desenv. Sust.	64.441,29	Amazônia
RDS Piagaçu-Purus	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	792.454,45	Amazônia

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RDS Quilombo Barra do Turvo	SP	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	5.821,64	Mata Atlântica
RDS Rio Madeira	AM	Estadual	US	Reserva de Desenv. Sust.	279.633,02	Amazônia
REc da Juatinga	RJ	Estadual	PI	Reserva Ecológica	9.989,96	Mata Atlântica/ Costeiro
REx Marinha de Itaipu	RJ	Estadual	US	Reserva Extrativista	3.943,28	Mata Atlântica/ Costeiro
REx Arapixi	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	133.710,57	Amazônia
REx Arioca-Pruanã	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	83.818,01	Amazônia
REx Auati-Paraná	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	145.766,18	Amazônia
REx Barreiro das Antas	RO	Federal	US	Reserva Extrativista	105.634,41	Amazônia
REx Canutama	AM	Estadual	US	Reserva Extrativista	197.986,19	Amazônia
REx Chico Mendes	AC	Federal	US	Reserva Extrativista	931.804,04	Amazônia
REx de Cururupu	MA	Federal	US	Reserva Extrativista	185.195,13	Amazônia
REx do Alto Tarauacá	AC	Federal	US	Reserva Extrativista	155.926,37	Amazônia
REx do Baixo Juruá	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	187.981,13	Amazônia
REx do Catuá Ipixuna	AM	Estadual	US	Reserva Extrativista	212.322,45	Amazônia
REx do Cazumbá-Iracema	AC	Federal	US	Reserva Extrativista	733.291,73	Amazônia
REx do Guariba	AM	Estadual	US	Reserva Extrativista	146.614,22	Amazônia

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
REx do Lago do Capanã Grande	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	304.310,46	Amazônia
REx do Medio Juruá	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	250.771,48	Amazônia
REx do Médio Purus	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	604.231,22	Amazônia
REx do Rio Cajari	AP	Federal	US	Reserva Extrativista	502.529,88	Amazônia
REx do Rio Cautário (Estadual)	RO	Estadual	US	Reserva Extrativista	148.016,10	Amazônia
REx do Rio Cautário (Federal)	RO	Federal	US	Reserva Extrativista	77.641,08	Amazônia
REx do Rio Gregório	AM	Estadual	US	Reserva Extrativista	307.685,48	Amazônia
REx do Rio Iriri	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	396.962,80	Amazônia
REx do Rio Jutai	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	275.510,42	Amazônia
REx do Rio Ouro Preto	RO	Federal	US	Reserva Extrativista	201.882,98	Amazônia
REx do Rio Xingu	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	303.948,24	Amazônia
REx Guariba-Roosevelt	MT	Estadual	US	Reserva Extrativista	174.929,21	Amazônia
REx Ipaú-Anilzinho	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	55.834,24	Amazônia
REx Ituxi	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	776.331,52	Amazônia
REx Mapuá	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	93.746,34	Amazônia
REx Marinha do Delta do Parnaíba	MA	Federal	US	Reserva Extrativista	27.021,63	Cerrado/ Caatinga/ Costeiro
REx Marinha do Maracanã	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	29.986,20	Amazônia

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
REx Renascer	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	211.531,91	Amazônia
REx Rio Preto-Jacundá	RO	Estadual	US	Reserva Extrativista	119.770	Amazônia
REx Rio Unini	AM	Federal	US	Reserva Extrativista	833.742,29	Amazônia
REx Riozinho da Liberdade	AC	Federal	US	Reserva Extrativista	325.368,62	Amazônia
REx Riozinho do Anfrísio	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	735.749,84	Amazônia
REx Terra Grande Pracuúba	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	195.642,52	Amazônia
REx Verde para Sempre	PA	Federal	US	Reserva Extrativista	1.288.548,95	Amazônia
RPPN Agropecuária (Ecológica de) Guapiçu	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	269	Mata Atlântica
RPPN Alto da Boa Vista	MG	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	113,81	Mata Atlântica
RPPN Alto-Montana	MG	Municipal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	253,80	Mata Atlântica
RPPN Alvorada de Itaverá	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	160,48	Mata Atlântica
RPPN Bacchus	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	105,71	Mata Atlântica
RPPN Boa Vista	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	49,86	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RPPN Brumas do Espinhaço	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	670,00	Cerrado
RPPN Cabeceira do Mimoso	MS	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	475	Cerrado
RPPN CAETEZAL	SC	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	4.613,80	Mata Atlântica
RPPN CHÁCARA EDITH	SC	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	415,79	Mata Atlântica
RPPN Curió	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	13,39	Mata Atlântica
RPPN DONA BENTA E SEU CABOCLO	SE	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	23,60	Mata Atlântica
RPPN Ecoparque de Una	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,57	Mata Atlântica/ Costeiro
RPPN EMILIO FIORENTINO BATTISTELLA	SC	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1.156,33	Mata Atlântica
RPPN Estância Manacá	RS	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	109,70	Mata Atlântica
RPPN Fazenda Água Branca	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,30	Mata Atlântica/ Costeiro

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RPPN Fazenda Almas	PB	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	5.240,61	Caatinga
RPPN Fazenda Araçari	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,49	Mata Atlântica/ Costeiro
RPPN Fazenda Araraúna	BA	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	39,00	Mata Atlântica
RPPN Fazenda Arte Verde	BA	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	10,00	Mata Atlântica
RPPN Fazenda Bom Retiro	RJ	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	11,61	Mata Atlântica
RPPN Fazenda Bom Sossego	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,52	Costeiro
RPPN Fazenda Bulcão	MG	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	658,01	Mata Atlântica
RPPN Fazenda Iracambi	MG	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	113,91	Mata Atlântica
RPPN Fazenda Kaybi	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,31	Mata Atlântica
RPPN Fazenda Paiquerê	PR	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	75,61	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RPPN Fazenda Palmital	SC	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	590,62	Mata Atlântica/ Costeiro
RPPN Fazenda Paraíso	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,51	Mata Atlântica/ Costeiro
RPPN Fazenda Sambaíba	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	117,48	Mata Atlântica
RPPN Fazenda São João	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,56	Costeiro
RPPN Fazenda Suspiro	RJ	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	18,21	Mata Atlântica
RPPN Feliciano Miguel Abdalla	MG	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1.312,38	Mata Atlântica
RPPN Garganta do Registro	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	2	Mata Atlântica
RPPN Garganta do Registro I, II, III e IV	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	35	Mata Atlântica
RPPN Guariru	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	41,04	Mata Atlântica
RPPN Gurugy dos Paus Ferros	PB	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	10	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RPPN Juerana	BA	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	27,00	Mata Atlântica
RPPN Lago Encantada do Morro da Lucrécia	SE	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	10,75	Mata Atlântica
RPPN Mata da Serra	ES	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	14,54	Mata Atlântica
RPPN Mata do Guigo	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	36,45	Mata Atlântica
RPPN Mata do Sossego	MG	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	391,71	Mata Atlântica
RPPN Morro da Mina	PR	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	1.335,22	Mata Atlântica
RPPN Muriqui	ES	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	0,43	Mata Atlântica
RPPN Nascentes do Aiuruoca	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	31,00	Mata Atlântica
RPPN Nascer	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	60	Mata Atlântica
RPPN Olho de Fogo Rendado	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	103,73	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RPPN Passarim	SC	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	228,43	Mata Atlântica
RPPN Paulino Veloso Camelo	CE	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	120,13	Caatinga
RPPN Pedra D'Anta	PE	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	320,00	Mata Atlântica
RPPN Pedra do Sabiá	BA	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	22,00	Mata Atlântica
RPPN Quinta dos Cedros	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	4,84	Mata Atlântica
RPPN Rancho Chapadão	ES	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	28,60	Mata Atlântica
RPPN Rancho Sonho Meu I e II	PR	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	268,74	Mata Atlântica
RPPN Refúgio do Bugio	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	24,00	Mata Atlântica
RPPN Renascer	BA	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	264,77	Mata Atlântica
RPPN Reserva Capitão	BA	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	660,07	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RPPN Reserva do Açude	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	5,33	Mata Atlântica
RPPN Reserva Fugidos	BA	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	114,42	Mata Atlântica
RPPN Reserva Maragato	RS	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	41,75	Mata Atlântica
RPPN Reserva Poranguaba	RJ	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	9,00	Mata Atlântica
RPPN Reserva Vila D'água	AL	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	46,11	Mata Atlântica
RPPN Salto Apepique	BA	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	118,00	Mata Atlântica
RPPN Santo Antônio	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	568,61	Mata Atlântica
RPPN Santuário da Serra do Caraça	MG	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	12.790,96	Mata Atlântica
RPPN Sapucaia	BA	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	18,50	Mata Atlântica
RPPN Serra da Pacavira	CE	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	33,56	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RPPN Serra do Lucindo	SC	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	316,05	Mata Atlântica
RPPN Sítio Angaba	RJ	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	29,00	Mata Atlântica
RPPN Sítio Palmeiras	CE	0	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	75,47	Mata Atlântica
RPPN Sítio Poranga	RJ	Federal	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	211,94	Mata Atlântica
RPPN Sítio Serra Negra	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	19,12	Mata Atlântica
RPPN Vale das Borboletas	MG	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	11	Mata Atlântica
RPPN Verbicaro	RJ	Estadual	US	Reserva Particular do Patrimônio Natural	11,61	Mata Atlântica
RVS da Serra dos Montes Altos	BA	Estadual	PI	Refúgio de Vida Silvestre	27.499,00	Caatinga
RVS da Ventania	RJ	Municipal	PI	Refúgio de Vida Silvestre	0,00	Mata Atlântica
RVS de Boa Nova	BA	Federal	PI	Refúgio de Vida Silvestre	15.023,86	Mata Atlântica
RVS do Rio dos Frades	BA	Federal	PI	Refúgio de Vida Silvestre	888,40	Mata Atlântica
RVS do Una	BA	Federal	PI	Refúgio de Vida Silvestre	23.423,34	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RVS dos Campos de Palmas	PR	Federal	PI	Refúgio de Vida Silvestre	16.594,17	Mata Atlântica

UCs apoiadas indiretamente / Indirect support for protected areas

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
APA Bacia do Cobre-São Bartolomeu	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	1.170,60	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	230.351,28	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Caraíva-Trancoso	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	25.460,39	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Costa de Itacaré-Serra Grande	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	63.577,15	Mata Atlântica/ Costeiro
APA da Bacia do Rio São Bartolomeu	DF	Federal	US	Área de Proteção Ambiental	82.036,21	Cerrado
APA da Serra da Mantiqueira	SP/ MG/ RJ	Federal	US	Área de Proteção Ambiental	421.740,03	Mata Atlântica
APA da Serra de Baturité	CE	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	30.239,71	Caatinga
APA da Serra do Ouro	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	50.689,81	Mata Atlântica
APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	31.071,41	Mata Atlântica/ Costeiro

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
APA de Conceição da Barra	ES	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	7.889,61	Mata Atlântica/ Costeiro
APA de Guapi-Mirim	RJ	Federal	US	Área de Proteção Ambiental	13.926,62	Mata Atlântica/ Costeiro
APA de Guaratuba	PR	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	199.368,44	Mata Atlântica/ Costeiro
APA de Petrópolis	RJ	Federal	US	Área de Proteção Ambiental	68.228,23	Mata Atlântica
APA de São Desidério	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	11.130,24	Cerrado
APA do Rio Preto	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	1.138.497,70	Cerrado
APA Dunas e Veredas do Baixo e Médio São Francisco	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	1.024.802,12	Cerrado/ Caatinga
APA Gruta dos Brejões/ Veredas do Romão Gramado	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	11.889,58	Caatinga
APA Guaibim	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	2.071,82	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Joanes-Ipitanga	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	66.637,56	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Lago de Pedra do Cavalo	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	47.244,26	Caatinga/ Mata Atlântica
APA Lago do Sobradinho	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	1.235.356,62	Cerrado/ Caatinga

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
APA Lagoa Encantada e Rio Almada	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	158.031,40	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Lagoa Itaparica	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	78.143,00	Caatinga
APA Lagoas de Guarajuba	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	2.028,69	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Lagoas e Dunas do Abaeté	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	1.242,24	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Litoral Norte do Estado da Bahia	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	144.688,64	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Mangue Seco	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	2.711,53	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Marimbus-Iraquara	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	124.967,26	Caatinga
APA Plataforma Continental do Litoral Norte	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	350.144,36	Mata Atlântica/ Costeiro
APA Serra do Barbado	BA	Estadual	US	Área de Proteção Ambiental	68.038,20	Caatinga
ARIE Corobobó	BA	Federal	US	Área de Relevante Interesse Ecológico	7.473,38	Caatinga
ARIE Nascente do Rio de Contas	BA	Estadual	US	Área de Relevante Interesse Ecológico	4.764,43	Caatinga
ARIE Serra do Orobó	BA	Estadual	US	Área de Relevante Interesse Ecológico	7.398,44	Caatinga

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
EE de Guaraqueçaba	PR	Federal	PI	Estação Ecológica	4.825,34	Mata Atlântica
EE de Jataí	SP	Estadual	PI	Estação Ecológica	9.000,18	Cerrado
EE do Rio Preto	BA	Estadual	PI	Estação Ecológica	5.872,62	Cerrado
EE Raso da Catarina	BA	Federal	PI	Estação Ecológica	104.842,53	Caatinga
FN de Contendas do Sincorá	BA	Federal	US	Floresta Nacional	11.215,78	Caatinga
FN de Passo Fundo	RS	Federal	US	Floresta Nacional	1.333,60	Mata Atlântica
PE das Sete Passagens	BA	Estadual	PI	Parque Estadual	2.822,07	Caatinga
PE das Várzeas do Rio Ivinhema	MS	Estadual	PI	Parque Estadual	74.223,54	Mata Atlântica
PE de Pedra Azul	ES	Estadual	PI	Parque Estadual	975,63	Mata Atlântica
PE de Forno Grande	ES	Estadual	PI	Parque Estadual	791,33	Mata Atlântica
PE do Morro do Chapéu	BA	Estadual	PI	Parque Estadual	48.504,27	Caatinga
PE do Rio Turvo	SP	Estadual	PI	Parque Estadual	73.820,75	Mata Atlântica
PE Serra do Papagaio	MG	Estadual	PI	Parque Estadual	22.928,63	Mata Atlântica
PN Cavernas do Peruaçu	MG	Federal	PI	Parque Nacional	56.476,19	Cerrado/ Caatinga
PN da Chapada Diamantina	BA	Federal	PI	Parque Nacional	151.941,22	Caatinga
PN da Chapada dos Veadeiros	GO	Federal	PI	Parque Nacional	64.796,12	Cerrado
PN da Serra da Canastra	MG	Federal	PI	Parque Nacional	197.811,04	Cerrado
PN da Serra da Capivara	PI	Federal	PI	Parque Nacional	128.927,54	Caatinga

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
PN da Serra do Cipó	MG	Federal	PI	Parque Nacional	31.639,19	Cerrado
PN da Serra dos Órgãos	RJ	Federal	PI	Parque Nacional	20.020,54	Mata Atlântica
PN das Emas	GO	Federal	PI	Parque Nacional	132.600,32	Cerrado
PN das Sempre-Vivas	MG	Federal	PI	Parque Nacional	124.154,47	Cerrado
PN de Brasília	DF	Federal	PI	Parque Nacional	40.396,98	Cerrado
PN de Ilha Grande	PR-MS	Federal	PI	Parque Nacional	107.916,88	Mata Atlântica
PN de Saint-Hilaire/Lange	PR	Federal	PI	Parque Nacional	25.118,90	Mata Atlântica/ Costeiro
PN do Caparaó	ES-MG	Federal	PI	Parque Nacional	31.762,94	Mata Atlântica
PN do Iguaçu	PR	Federal	PI	Parque Nacional	169.695,88	Mata Atlântica
PN do Superagui	PR	Federal	PI	Parque Nacional	33.860,94	Mata Atlântica/ Costeiro
PN e Histórico do Monte Pascoal	BA	Federal	PI	Parque Nacional	22.331,90	Mata Atlântica/ Costeiro
RB Augusto Ruschi	ES	Federal	PI	Reserva Biológica	3.562,28	Mata Atlântica
RB de Sooretama	ES	Federal	PI	Reserva Biológica	27.858,68	Mata Atlântica
RB de Uma	BA	Federal	PI	Reserva Biológica	18.515,15	Mata Atlântica/ Costeiro
RB Guaribas	PB	Federal	PI	Reserva Biológica	2.703,32	Mata Atlântica
RDS Barreiro-Anhemas	SP	Estadual	US	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	3.268,43	Mata Atlântica

UCs apoiadas diretamente	Local	Jurisdição	Grupo	Categoria	Área (ha)	Bioma
RDS Pinheirinho	SP	Estadual	US	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1.530,01	Mata Atlântica
REx Marinha da Baía de Iguaçu	BA	Federal	US	Reserva Extrativista	10.082,45	Mata Atlântica/ Costeiro

Terras Indígenas / Indigenous Lands

Nome da TI	Local	Jurisdição	Grupo	Etnia	Área	Bioma
TI Badjonkôre	PA	Federal	TI	Kayapó	217.310	Amazônia
TI Baú	PA	Federal	TI	Kayapó	1.550.378	Amazônia
TI Capoto Jarina	MT	Federal	TI	Kayapó	634.880	Amazônia
TI Kayapó	PA	Federal	TI	Kayapó	3.293.895	Amazônia
TI Menkragnoti	PA/MT	Federal	TI	Kayapó	4.097.443	Amazônia
TI Sete de Setembro	RO	Federal	TI	Suruí	248.146	Amazônia

Anexo 2

Lista de parceiros financiadores e beneficiários / *List of funding partners and beneficiaries*

Financiadores / <i>Funding Partners</i>
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Banco Mundial
BMU - Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha
BMZ - Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha
Conservation Internacional
Eneva Energia S.A.
Forest Trends
Fundo Amazônia - BNDES
GEF - Global Environment Facility
GIZ - Agência de Cooperação Técnica Alemã
Instituto Semeia
KfW - Banco de Desenvolvimento Alemão
Linden Trust for Conservation
Natura
O Boticário
Oak Foundation
OGX Petróleo e Gás Ltda.
Recursos privados de compensação ambiental, via convênio com SEA/RJ com interveniência do INEA/RJ
The Carbon Neutral Company Limited
The Ocean Foundation
União Europeia
USAID - Agência Americana de Desenvolvimento Internacional
WWF - US
WWF Brasil

Beneficiários / <i>Beneficiaries</i>
AMAJ - Amigos das Águas do Juruá
AMANE - Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste
Ambiente Brasil Centro de Estudos
Associação Ação Ecológica Guaporé
Associação Comunitária de Guias de Turismo Ecológico, Motoristas Fluviais e Conservadores do Rio Guaporé e Seus Afluentes - ECOMEG
Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Reserva Extrativista do Mandira - REMA
Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé
Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - APREMAVI
Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia - APWITXA
Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha PA-13
Associação Flora Brasil
Associação Floresta Protegida - AFP
Associação Mecenaz da Vida
Associação Mico-Leão-Dourado
Associação Onça-d'Água
Associação para a Conservação das Aves do Brasil - SAVE BRASIL
Associação Plantas do Nordeste - APNE
Associação SOS Amazônia
Associação Técnico Científica Ernesto Luiz Oliveira Jr. - ATECEL
CAIPORA - Cooperativa para a Conservação e Proteção dos Recursos Naturais
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado - CEDAC
Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia - Terra Viva
Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - Rioterra
Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste - CEPAN
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM
CIA - Comissão Ilha Ativa
Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC
Conservação Internacional do Brasil

Beneficiários / <i>Beneficiaries</i>
Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPTER
Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola - FUNDAG
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG
Fundação Matutu
Fundação Neotrópica do Brasil - FNB
Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar - FUNDEP
Fundação Pró-Natureza - FUNATURA
Fundação SOS Pró-Mata Atlântica
Fundação Vitória Amazônica - FVA
Grupo Ambientalista da Bahia - Gambá
Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IA-RBMA
Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais - Pró-Natura
Instituto de Estudos e Pesquisas Agroambientais e Organizações Sustentáveis - IEPAGRO
Instituto de Pesquisa Ambiental - EKOS
Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica - IPEMA
Instituto Floresta Viva
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira - IDESC
Instituto Raoni
Instituto Semeia
Instituto Socioambiental - ISA
Instituto Socio-Ambiental Missão Verde
Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA
Instituto Walden - Tempo, Homem e Natureza
Instituto Xopotó para o Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental
Instituto Ynamata de Desenvolvimento Sócio-Econômico e Conservação da Natureza
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais

Beneficiários / <i>Beneficiaries</i>
OCT - Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia
Organização Indígena Padereehj
Programa de Educação Ambiental - PREA
RURECO - Fundação para o Desenvolvimento Econômico-Rural da Região Centro-Oeste do PR
Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS
Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE
The Green Initiative - Iniciativa Verde
The Nature Conservancy - TNC
WCS Associação Conservação da Vida Silvestre

Anexo 3

Governança do Funbio / *Funbio's governance*

Conselho Deliberativo / *Governing Council*

Segmento Acadêmico / *Academia*

Sergio Besserman
Ricardo Bonfim Machado
Niro Higuch
Danielle de Andrade Moreira

Segmento Empresarial/ *Business sector*

Gabriel Azevedo
Roberto Waack
Bruno Mariani
Álvaro de Souza

Segmento Ambiental / *Environmental sector*

Miguel Milano
Pedro Wilson Leitão
Paulo Moutinho
Adriana Ramos

Segmento Governamental / *Government*

Roberto Brandão Cavalcanti
Roberto Ricardo Vizentin
Marcelo Moisés de Paula
MCTI - Vago

Comitês Permanentes / *Permanent Committees*

Comitê Executivo / *Executive Committee*

Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Pedro Leitão
Vago

Comissão de Finanças e Auditoria / *Finance and Auditing Commission*

Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Gabriel Azevedo
José Alentejano

Comitê Nomeação e Governança / *Nomination and Governance Committee*

Roberto Waack
Bruno Mariani
Alvaro de Souza
Miguel Milano
Paulo Moutinho

Comissão de Gestão de Ativos / *Asset Management Commission*

Álvaro de Souza
Bruno Mariani
Francisco José Aguiar de Cunto
José Alentejano
Marcelo Tomaszewski
Gabriel Amado de Moura

Conselho Consultivo / Consultative Council

Angelo Machado
Aspásia Camargo
Aurelio Viana
Beatrice Padovani Ferreira
Benjamin Gilbert
Carmen Lúcia D.B.Rossi
Wongtschowski
Claudio Pádua
Clovis Borges
Fábio Rúbio Scarano
Francisco José Aguiar de
Cunto
Guilherme Frering
Guilherme Peirão Leal
Gustavo Fonseca
Haroldo Mattos de Lemos
Jean Marc von der Weid
José Adalberto Veríssimo
José Alentejano
Juscelino Martins

Lidio Coradin
Luiz Paulo Pinto
Marcelo Tomaszewski
Marcos A. V. Freitas
Maria Cecilia Wey de Brito
Maria das Dores Melo
Maria José Guazzelli
Maria Mercedes von
Lachmann
Miguel Marini
Muriel Saragoussi
Nurit Bensusan
Oscar Graça Couto
Ricardo Soavinski
Roberto Konder Bornhausen
Roberto Luiz Leme Klabin
Roberto Paulo Cezar de
Andrade
Ronaldo Weigand
Ruy Barbosa da Rocha

